

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
PROFEI**

PRISCILA MARENGO SEGRILLO

**PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORES DAS SALAS DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA COMUM, NUMA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

**SINOP, MATO GROSSO
2024**

PRISCILA MARENGO SEGRILLO

**PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORAS DAS SALAS DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA COMUM, NUMA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Sinop, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio José Dutra Lord

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**SINOP, MATO GROSSO
2024**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

Segrillo, Priscila Marengo.

PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORES DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA COMUM, NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA / Priscila Marengo Segrillo. - Sinop, 2024.

123f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação Inclusiva/SNP-PROFEI - Sinop - Mestrado Profissional, Campus Universitário De Sinop.

Orientador: Lúcio José Dutra Lord.

1. inclusão. 2. educação. 3. educação infantil. 4. trabalho colaborativo. 5. práticas colaborativas. I. Lord, Lúcio José Dutra. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 37.02

PRISCILA MARENGO SEGRILLO

**PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORAS DAS SALAS DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA COMUM, NUMA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Sinop, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

Defesa de qualificação em 28 de Maio de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador

Professor Dr. Lúcio José Dutra Lord UNEMAT
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes
Maldonado/Campus Universitário de Sinop

Avaliadora externa ao PROFEI

Professora Dr^a Edneuzza Alves Trugillo UNEMAT – Universidade do Estado de Mato
Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado/Campus Universitário de Sinop

Avaliadora interna do PROFEI

Professora Dr^a Irene Carrillo Romero Beber UNEMAT – Universidade do Estado de
Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado/Campus Universitário de Sinop

**SINOP, MATO GROSSO
2024**

Dedico este trabalho aos meus pais, Marisa e Rafael, pelo amor recebido, pela dedicação e apoio em toda minha caminhada. À minha filha Ana Beatriz, por iluminar meus dias e ser minha motivação diária.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida e por me permitir concretizar esse sonho com sabedoria, saúde e determinação.

À minha família, em especial aos meus pais e minha filha, por todo amor, carinho e compreensão.

Ao meu orientador, Professor Dr. Lúcio José Dutra Lord, por colaborar com meu crescimento intelectual e profissional e por me orientar na elaboração e conclusão desta pesquisa, tanto presencialmente como à distância.

As avaliadoras, Professora Dra. Edneuza Alves Trugillo e Professora Dra. Irene Carrillo Romero Beber, por aceitarem gentilmente fazerem parte da minha banca de avaliação e pelas ricas contribuições que enaltecem a conclusão da minha dissertação.

Aos professores participantes da escola, que aceitaram participar da pesquisa.

Agradeço, também, aos professores e ao Programa do PROFEI, por contribuírem com essa rica experiência, de aprofundar meus estudos e por favorecer com meu crescimento profissional.

Aos meus colegas do curso, pelo apoio e parceria.

E por fim, a todos, que direta ou indiretamente, auxiliaram para a realização desta pesquisa e favoreceram o enriquecimento da minha aprendizagem.

PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE PROFESSORAS DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA COMUM, NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo estudar e conhecer quais são, e como se dão as práticas colaborativas desenvolvidas entre a professora da sala de AEE e a professora da sala comum, para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência. O estudo pautou-se no método de pesquisa qualitativa, com a abordagem de estudo de caso em uma escola da Rede Municipal de Sinop-MT, com turmas de fase I e II, no período matutino. Os participantes da pesquisa foram: uma professora da sala de AEE que atende na sala de recursos e quatro professoras da sala comum que possuem crianças (PAEE) matriculados em sala. As técnicas de pesquisas foram: observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental, toma as normativas implantadas na educação especial do município, no ano de 2022, para atribuição de aula da professora de AEE que atende na sala de recursos. De acordo com a proposta do Mestrado Profissional, o Produto Educacional foi elaborado a partir dos dados coletados e da revisão da Literatura, resultando em um Guia de Orientações sobre a prática colaborativa, elencada através do trabalho colaborativo, cujo objetivo é apresentar e conceituar a proposta do trabalho colaborativo, e proporcionar que as participantes da pesquisa aprofundem o conhecimento a respeito do tema. Em conformidade com a bibliografia de autores que abordam a temática, o guia traz uma breve informação a respeito da proposta do trabalho colaborativo, conforme a Instrução Normativa do Município nº. 002/2022, para que as professoras aprimorem o conhecimento e reflitam sobre a proposta. Os resultados apontam que as práticas colaborativas, emergem no contexto de atividades desenvolvidas em conjunto nos espaços escolares, nas observações e discussões sobre os alunos, no acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem, em conversas a respeito do planejamento e estratégias de trabalho. Essas práticas acontecem em sala de aula e se estendem a outros espaços escolares, como o pátio, sala de professores e direção. Os dados apontam, que a colaboração entre os professores, contribuem para que o aluno com deficiência participe e desenvolva as habilidades que possui, o que abrange não só esses alunos, como também os demais alunos da sala, além disso, este trabalho será melhor se for desenvolvido com a presença do outro professor.

Palavras-chave: inclusão; educação; educação infantil; trabalho colaborativo; práticas colaborativas.

COLLABORATIVE PRACTICES BETWEEN TEACHERS IN THE SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE ROOM AND THE COMMON ROOM, FROM AN INCLUSIVE EDUCATION PERSPECTIVE

Abstract: The present research aimed to study and understand what the collaborative practices developed between the AEE classroom teacher and the common room teacher are and how they work, for the process of school inclusion of students with disabilities. The study was based on the qualitative research method, with a case study approach in a school in the Sinop-MT Municipal Network, with phase I and II classes, in the morning. The research participants were: a teacher from the AEE classroom who works in the resource room and four teachers from the common room who have children (PAEE) enrolled in the room. The research techniques were participant observation, document analysis and semi-structured interviews. The documentary analysis takes the regulations implemented in the municipality's special education, in the year 2022, to assign classes to the AEE teacher who will serve in the resource room. In accordance with the proposal of the Professional Master's Degree, the Educational Product was prepared based on the collected data and the Literature review, resulting in a Guidance Guide on collaborative practice, listed through collaborative work, whose objective is to present and conceptualize the proposal of collaborative work, and allow research participants to deepen their knowledge on the topic. In accordance with the bibliography of authors who address the topic, the guide provides brief information regarding the collaborative work proposal, in accordance with Municipal Normative Instruction nº. 002/2022, so that teachers can improve their knowledge and reflect on the proposal. The results indicate that collaborative practices emerge in the context of activities developed together in school spaces, in observations and discussions about students, in monitoring development and learning, in conversations about planning and work strategies. These practices take place in the classroom and extend to other school spaces, such as the playground, teachers' room and principal's office. The data shows that collaboration between teachers contributes to students with disabilities participating and developing the skills they have, which includes not only these students, but also other students in the class. Furthermore, this work will be better if is developed with the presence of the other teacher.

Keywords: inclusion; education; child education; collaborative work; collaborative practices.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEB – Câmara de Educação Básica
CEP - Conselho de Ética em Pesquisa
CID – Classificação Internacional de Doenças
CME – Conselho Municipal de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC- Ministério da Educação E cultura
NEE – Necessidades Educativas Especiais
PAEE – Público Alvo da Educação Especial
PNEE – Plano Nacional de Educação Especial
PNEEPEI -Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROFEI- Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
SMEEC – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura
SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná
TEA – Transtorno do Espectro Autista
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Problema de Pesquisa.....	14
1.3 Objetivos e Estrutura do Trabalho.....	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1 Sujeitos da Pesquisa.....	20
2.2 Contextualização da Escola Campo.....	21
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: aspectos Históricos, Legislação e Conceitos.....	23
3.1 Breve Histórico e Amparo da Legislação	23
3.2 Aspectos Conceituais de Educação Especial e Inclusiva.....	27
4 ENSINO COLABORATIVO: diálogos com a experiência vivida na escola pesquisada.....	30
4.1 Experiências de Ensino Colaborativo.....	30
4.2 O Trabalho Colaborativo Desenvolvido entre a Professora da Sala de AEE e a Professora da Sala Comum.....	34
4.2.1 Ambientes Escolares que ocorrem os Trabalhos Colaborativos.....	44
4.3 Processo de inclusão e dificuldades encontradas sob os olhares das professoras.....	47
4.4 Práticas Colaborativas na escola.....	56
5 O Trabalho Colaborativo na Escola: as observações da prática pedagógica com as crianças.....	68
6 Análise dos Documentos referentes ao Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e a Normativa de Atribuição de aula da sala do AEE.....	81
7 Análise do Planejamento da professora do AEE e do relatório do Trabalho Colaborativo.....	83
8 PRODUTO EDUCACIONAL.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAL.....	89
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES.....	102
APÊNDICE I PARECER CONSUSTANCIADO DO CEP.....	102

APÊNDICE II- GUIA DE ENTREVISTA- PROFESSORA DE AEE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	106
APÊNDICE III- GUIA DE ENTREVISTA- PROFESSORA DA SALA COMUM DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	107
APÊNDICE IV OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA.....	108
APÊNDICE V PRODUTO EDUCACIONAL.....	109

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade com uma demanda significativa de diversidade, nesse sentido, as escolas recebem e atendem diversos alunos, uma vez que é direito das crianças, jovens e adultos estarem matriculados em salas de aulas comum, contudo, não basta apenas frequentar a escola, e sim oferecer meios de acesso, permanência e aprendizagem das mesmas.

A temática da educação especial e inclusiva representa, para mim, um campo vasto de reflexões e indagações que merecem atenção no âmbito escolar, a partir de vivências, enquanto professora de educação infantil, lecionando em sala de aula, trouxe-me diversas experiências e dúvidas a respeito do tema, motivo esse, que se tornou uma pesquisa na minha dissertação de mestrado. Essa nova trajetória em minha vida profissional, vem proporcionando uma gama de informações e estudos na área, o que requer atenção e compromisso com a educação pública de qualidade e a inclusão e participação dos alunos com deficiência em sala de aula.

Na Declaração de Salamanca (1994), Necessidade Educacional Especial (NEE) origina-se em função da deficiência ou da própria dificuldade de aprendizagem. Atualmente o termo utilizado é: pessoa com deficiência, que é compreendida como sendo resultante de limitações funcionais do corpo, como de fatores ambientais ou sociais.

De acordo com a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (nº 13.146), instituída no dia 06 de julho de 2015, denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi marcada por um avanço na legislação, representando que essas pessoas possuem capacidades de igualdade de condições das demais, visando a inclusão social e a cidadania, a partir desta data, mudou a nomenclatura para pessoa com deficiência.

Nesse sentido, a pesquisa visou realizar o estudo com a professora sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola, que atende os alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), juntamente com as professoras da sala comum de Fase I e II da educação infantil, no período matutino, com o intuito de estudar e conhecer quais são e como se dão as práticas colaborativas, desenvolvidas entre a professora de AEE e a professora da sala comum, para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência.

1.1 Justificativa

A presente pesquisa emergiu do meu interesse em compreender melhor a educação especial, nesse sentido, peço licença para descrever minha trajetória profissional e apresentar minha justificativa em estar buscando novos conhecimentos e me aprimorar na área da educação especial, desta forma, assumirei a personalidade para me apresentar.

Eu, enquanto professora, licenciada em Pedagogia pela UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), no ano de 2012/01, no Município de Sinop-MT, iniciei minha carreira profissional no ano de 2013, como professora de educação infantil na Rede Municipal de Educação, a partir dessa inserção nesse campo educacional, me apaixonei pela educação infantil e assim estou lecionando há 11 anos, trabalhando com crianças de 0 a 5 anos de idade, faixa etária que compõe a educação infantil e durante esses anos, recebi diversas crianças com deficiência nas escolas que lecionei, a partir daí, surgiram muitas dúvidas e inquietações, a respeito de como trabalhar e incluir essas crianças durante as atividades trabalhadas em sala.

Desta forma, aguicei minha curiosidade em realizar uma especialização intitulada: Educação Especial e Inclusiva, com o intuito de aprimorar e compreender melhor os conceitos e teorias da educação Especial e Inclusiva, logo, com a abertura do Mestrado Profissional PROFEI, surgiu a oportunidade de buscar novos conhecimentos, com o intuito de ter um melhor embasamento sobre as práticas educativas que favoreçam a educação inclusiva, assim sendo, o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, está me proporcionando inúmeros aprendizados, para que eu, trabalhe em sala com meus alunos.

A partir da experiência em sala de aula e da diversidade de crianças que atendo, muitas vezes senti dúvidas e medo, sobre como trabalhar com as crianças PAEE. Por mais que buscava me aprimorar na área, tinha as minhas incertezas na forma de trabalhar e inserir todas as crianças nas minhas práticas, penso que, se em cada dúvida eu tivesse a presença e o diálogo constante com o professor de Atendimento Individual Especializado (AEE), o trabalho em sala fluiria melhor e possibilitaria novas estratégias de inclusão desses alunos no ambiente escolar.

Atualmente, o Município de Sinop-MT, incorporou na contagem de pontos, do professor do AEE, a proposta do trabalho colaborativo, sendo um avanço na proposta

do Município, uma vez que, busca uma aproximação entre professor de AEE e professor da sala comum. A partir desta proposta, esse estudo foi realizado em uma escola de educação infantil para conhecer como está ocorrendo as práticas do trabalho colaborativo entre os professores.

1.2 Problema de Pesquisa

A problemática da pesquisa apresenta-se da seguinte maneira: Quais são, e como se dão as práticas colaborativas desenvolvidas entre a professora da sala do AEE e a professora da sala comum, para o processo de inclusão escolar do aluno PAEE?

Como desdobramento da questão principal, a pesquisa indaga também:

a) Como está ocorrendo o trabalho colaborativo na escola participante da pesquisa? b) Em que ambiente escolar está ocorrendo o trabalho colaborativo entre a professora de AEE e a professora da sala comum? c) Como a professora de educação especial compreende a proposta do trabalho colaborativo na escola?

1.3 Objetivos e estrutura da Pesquisa

Nosso objetivo de pesquisa pautou-se em estudar e conhecer quais são, e como se dão as práticas colaborativas desenvolvidas entre a professora da sala do AEE e a professora da sala comum, para o processo de inclusão escolar do aluno PAEE.

Como objetivos específicos propomos: a) compreender como está ocorrendo o trabalho colaborativo na escola participante da pesquisa, b) identificar em que espaço educacional está ocorrendo o trabalho colaborativo entre essas professoras, c) verificar como a professora da sala do AEE compreende a proposta do trabalho colaborativo, que está sendo desenvolvido na escola. A partir dos objetivos, a presente pesquisa visa contribuir com a compreensão sobre o trabalho colaborativo e

as práticas colaborativas, que são desenvolvidas como uma estratégia de inclusão escolar.

Este trabalho foi desenvolvido em capítulos, neste primeiro, apresentamos a contextualização da abordagem teórica-metodológica, utilizada nesta pesquisa, contendo a justificativa e os objetivos.

No segundo capítulo, encontra-se a abordagem metodológica, sistematizando a pesquisa, de caráter qualitativa, com uma abordagem de estudo de caso e como técnica de coleta de dados, a partir de observação participante e entrevista semiestruturada, finalizando com uma análise dos dados.

No terceiro capítulo, “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, apresenta-se uma breve discussão sobre a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, trazendo para o texto uma contextualização histórica da temática, através de autores que discutem o assunto e leis que regulamentam e amparam a educação especial e inclusiva, como: Jannuzzi (2004); Constituição Federal (1988); Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Jomtien (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil, 1996); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Em seguida, apresentamos o “Ensino Colaborativo”, discorremos sobre o embasamento teórico da pesquisa, elucidando autores que conceituam o assunto, destacando entre os autores Capelline e Mendes (2008) e Zerbato (2014). Apresentamos experiências desenvolvidas, que sinalizam o ensino colaborativo, como uma estratégia favorável na educação inclusiva, trazemos para o estudo o trabalho colaborativo, apresentado como uma ação colaborativa que é desenvolvida na escola, destacando a colaboração entre a professor de AEE e professor da sala comum, prática implantada na normativa de atribuição de aula do Município da escola participante. Sinalizamos, também, um diálogo sobre ambientes que ocorrem o trabalho colaborativo na unidade escolar e autores que discutem sobre as práticas colaborativas, que são apresentadas como importantes estratégias de colaboração no ambiente escolar.

No quinto capítulo, intitulado: “Análise dos Dados e Discussões”, trazemos os dados da pesquisa, a partir das observações participantes, da análise documental referentes ao Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), a Normativa de Atribuição

de aula da sala do AEE, o Planejamento e Relatório do Trabalho Colaborativo do Professor Especialista, e dados das entrevistas semiestruturadas, com o intuito de ouvir os professores e compreender, qual a prática colaborativa que eles desenvolvem e como ela acontece no ambiente escolar. O capítulo destaca, a prática colaborativa desenvolvida na escola, através do trabalho colaborativo as professoras como sendo uma possibilidade de estratégia de inclusão de todos os alunos.

O próximo capítulo, foi destinado ao Produto Educacional, intitulado: “Guia Orientativo: Trabalho Colaborativo nas Práticas Docentes”, a tecnologia envolvida no produto foi utilizada de recursos educacionais como suporte de linguagem, pautada em conteúdos, para a construção do e-book, realizado no aplicativo Canva Educacional. O e-book será disponibilizado em PDF, através do Whatsapp, para a escola participante e seus profissionais, para que todos possam acessar e obter as informações e abordagens a cerca do trabalho colaborativo na educação inclusiva.

Na sequência, abordamos as “Considerações Finais”, corroborando reflexões a partir dos resultados encontrados na pesquisa, apontando que a prática colaborativa desenvolvida na escola participante, se dá através do trabalho colaborativo entre a professora de AEE e a professora da sala comum, os dados apontam como favorável no processo de inclusão, não apenas do aluno PAEE e sim de todos os alunos da turma, uma vez que, envolve a colaboração de outro professor no espaço escolar, colaborando e contribuindo com os alunos e com o próprio professor da sala. As práticas colaborativas, emergem no contexto de atividades desenvolvidas em conjunto nos espaços escolares, através das observações e discussões sobre os alunos, no acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem, nas conversas a respeito do planejamento e estratégias de trabalho. Essas práticas acontecem em sala de aula e se estendem a outros espaços escolares, como o pátio, sala de professores e direção.

Em seguida, apresentamos os apêndices: o apêndice I traz o Parecer Consubstanciado do CEP, Apêndice II - Guia de Entrevista - Professor Especialista da Educação Infantil, o Apêndice III - Guia de Entrevista - Professor da Sala Comum de Educação Infantil, o Apêndice IV - Observação em Sala de Aula, e o último é o Apêndice V – Produto Educacional.

A pesquisa finaliza com as Referências Bibliográficas, embasando as referências necessárias para a elaboração e conclusão desta pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso e através do parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo A) nº 6.077.020, foi consentido a aprovação para o prosseguimento da pesquisa. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola de Educação Infantil no Município de Sinop- MT.

A escola selecionada foi uma indicação da coordenadora da educação especial do Município, por ser uma escola que desenvolveu um bom trabalho no ano de 2022 e por ser uma das escolas que se destaca na educação infantil, apresenta-se como uma das escolas modelo e a professora do AEE é a mesma que trabalhou com a proposta no ano de 2022, ano em que iniciou a proposta da Normativa nº 002/2022.¹

As participantes da pesquisa foram quatro professoras de sala comum, sendo duas professoras da fase I (4 a 5 anos), denominadas como: professora de sala comum (PSC), PSC2 com o aluno A2 matriculado em sua sala, a PSC3 com a aluna A3 na sala, e duas professoras da fase II (5 a 6 anos), denominadas como: PSC1 e sua aluna A1 e a PSC4 e os respectivos alunos: A4 e A5, respeitando assim, a ordem das entrevistadas, e uma professora de AEE na área de educação especial, denominada de P.E.

As participantes da pesquisa foram todas professoras do gênero feminino, professoras efetivas na Rede Municipal que possuem entre treze a dezenove anos atuando na educação. São pedagogas, uma professora possui duas Licenciaturas, sendo uma em Pedagogia e a outra em Letras e uma professora está cursando o mestrado em educação Inclusiva.

A pesquisa iniciou na terceira semana de julho, ao retornar do recesso escolar. Inicialmente a pesquisadora realizou um primeiro contato com as professoras para explicar a proposta da pesquisa e colher as assinaturas, após iniciaram as observações em sala com as professoras envolvidas. Ela está fundamentada no

¹ O Município de Sinop na rede Municipal de Educação Básica, estabeleceu o Decreto 305/2022, que homologa a Instrução Normativa nº002/SMEEC/2022, implantada no ano de 2022 que dispõe sobre a regulamentação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal da Educação em Sinop, em seu Artigo 9º propõe que o professor do AEE terá atribuição de 02 (duas) horas/aula semanais, para que efetive um trabalho colaborativo, em parceria com o professor do ensino comum.

método de pesquisa qualitativa com a abordagem estudo de caso, nesse sentido, a pesquisa buscou investigar como está ocorrendo o trabalho colaborativo na escola participante e como ela estava organizada dentro do espaço escolar.

Inicialmente foi feito uma revisão da literatura, buscando conhecer o que outros autores já pesquisaram e discutiram sobre o assunto, essa etapa da revisão da literatura segundo Lord (2021, p.58) “é fundamental porque atualiza nossa percepção sobre o problema, permitindo conhecer o que outros já estudaram, o modo como conduziram seus estudos e os resultados aos quais chegaram”, nesse sentido foi de suma importância realizar esta etapa.

A pesquisa fundamenta-se no método de pesquisa qualitativa com a abordagem estudo de caso. Na pesquisa qualitativa, Bogdan e Biklen (1994, p.48), “entendem que as ações podem ser melhor compreendidas, quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência”. André (2013) complementa a pesquisa qualitativa que busca compreender e interpretar os fatos, o que torna impossível uma postura neutra, por parte do pesquisador.

O estudo de caso pode ser estudado com apenas uma pessoa ou coletivamente, como um grupo de estudantes de uma escola, ou um determinado lugar, de acordo com cada tipo de pesquisa.

De acordo com Goldenberg (2003, p.33) “o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. Nesse sentido, a pesquisa busca investigar como está ocorrendo o trabalho colaborativo na escola participante da pesquisa e como ela está organizada dentro do espaço escolar.

As técnicas de pesquisas pautaram-se em análise documental, observação participante, entrevistas e análise dos dados.

Através da análise documental, foi possível analisar o Decreto nº 305/2022, que homologa a Instrução Normativa nº 002/SMEEC/2022, implantada no ano de 2022, para a contagem de pontos dos professores da sala de AEE no Município de Sinop, que prevê a implantação de 2 horas, para que ocorra o trabalho colaborativo nas escolas municipais, o planejamento da professora especialista e os relatórios exigidos pela secretaria de educação, sobre o desenvolvimento do trabalho colaborativo elaborado pelo professor especialista, nesse sentido Carvalho (2008, p. 154), afirma

que a análise documental “é aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos (não fraudados).”

As observações participantes ocorreram nos momentos em que, a professora da sala de AEE realizou as aulas colaborativas junto com as professoras da sala comum e seus respectivos alunos PAEE, que estão matriculados na sala comum e recebem atendimento na sala de AEE. Elas ocorreram em diversos ambientes, como: sala do AEE, sala dos professores, sala de aula comum, parque, pátio e refeitório, o instrumento utilizado na observação, foi através de um roteiro de observação, das práticas trabalhadas em sala, os registros escritos da observação foram feitos em um caderno de anotações, que visou registrar através da escrita, como foi a observação participante em cada acompanhamento, dos momentos que ambos os professores realizaram o trabalho colaborativo com as turmas.

Segundo Oliveira (1996), essa modalidade de observação ganhou um destaque na hierarquia das ideias, uma vez que, o pesquisador propõe-se a olhar e ouvir. Através deste sentido, o pesquisador busca compreender o pesquisado de “dentro” e a partir dessa vivência e destas memórias, torna-se mais rico o ato da elaboração da escrita do texto, na interpretação dos dados obtidos no campo pesquisado. Através da observação participante, a pesquisadora acompanhou as práticas trabalhadas entre ambos os professores, a partir de um trabalho colaborativo.

Após realizamos as entrevistas semiestruturadas, ressaltando que a mesma foi constitutiva da análise, dois movimentos que se complementam, entre a observação participante, realizada a partir de um roteiro de observação e a entrevista, para a entrevista, realizou-se um roteiro de perguntas, e com a permissão das participantes foi realizado uma gravação das entrevistas, usando como recurso, um gravador de voz , que posteriormente foi transcrita, a transcrição buscou ser fiel ao conteúdo revelado pelas entrevistadas. Através dela foi possível coletar os dados não documentados com as professoras participantes da pesquisa.

Na entrevista semiestruturada Pádua (2004, p. 70) afirma que “o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes, até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”, permitindo assim, introduzir novas questões sobre o assunto, de acordo com a resposta do pesquisado.

Após, apresentamos a análise dos dados coletados, através das técnicas de pesquisa utilizados durante o andamento e conclusão da pesquisa. As análises

ocorreram, a partir do embasamento e a exploração do aporte teórico de autores, que dialogam sobre a temática estudada nessa pesquisa.

2.1 Sujeitos da Pesquisa

O Universo da Pesquisa é uma Escola da Rede Municipal de Sinop, que possui dezesseis turmas, sendo oito turmas no período matutino e oito turmas no período vespertino, iniciando com turma de berçário, bebês a partir de seis meses de idade, à fase II (crianças de seis anos de idade) abrangendo um total de trezentos e oitenta e cinco alunos.

Dessas dezesseis turmas, quatro turmas foram observadas, sendo elas turmas de Fase I e Fase II, devido a obrigatoriedade em frequentar a escola, a partir dessa faixa etária, nesse sentido, iniciamos as técnicas de pesquisa com observação participante nos momentos que envolveram as práticas colaborativas entre a professora do AEE, denominada de professora especialista (P.E) e as professoras de sala comum, denominados na pesquisa, como: PSC1, PSC2, PSC3, PSC4. E, ressaltando que estas turmas possuem alunos que apresentam laudo médico, sendo composto por cinco crianças, que serão denominados como: A1, A2, A3, A4 e A5.

A PSC1 é pedagoga, tem 15 anos de experiência, enquanto professora em sala de aula, possui três especializações, sendo uma na área da Educação Inclusiva e no momento está cursando o mestrado em Educação Inclusiva é professora da Fase II.

A PSC2 é pedagoga, formada há vinte e seis anos, possui uma pós-graduação, iniciou uma especialização na área de educação especial, porém desistiu de concluí-la, é professora da Fase I.

A PSC3 é formada em duas Licenciatura, a primeira em Letras, a segunda em pedagogia, é professora há vinte e cinco anos, possui uma pós-graduação que não é na área da educação especial e é professora da Fase I.

A PSC4 é pedagoga, atua como professora em sala de aula há vinte e dois anos, possui uma pós-graduação, não sendo na área de educação especial,

A P.E é pedagoga, possui pós-graduação, voltada para a educação especial e inclusiva, é professora há dezenove anos, e está atuando na sala do AEE, desde o ano de 2022.

Abaixo, trazemos informações sobre os alunos.

A A1 é uma menina, está na sala da Fase II, juntamente com a professora PSC1, possui o Transtorno do Espectro Autista. O A2 é um menino, aluno da professora PSC2, na turma de Fase I, possui Síndrome de Down. A A3 é uma menina, está na turma da Fase I, aluna da professora PSC3, apresenta Transtorno Global do Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista Grave. O A4 é um menino, aluno da PSC4, da fase II, possui Retardo Mental não Especificado, Epilepsia idiopática e Atraso Global do Desenvolvimento. Já, o A5 é aluno desta mesma sala da PSC4 e tem Síndrome de Down.

2.2 Contextualização da Escola Campo

A escola participante, faz parte da Rede Municipal de Sinop-MT, possui trinta e nove escolas, sendo vinte e duas escolas de educação infantil e dezessete escolas de ensino fundamental, no ano de 2023, a Rede atendeu vinte um mil, oitocentos e quarenta e dois alunos, sendo setecentos e oitenta e nove alunos do público alvo da Educação Especial atendidas na sala do AEE, abrangendo a educação infantil e fundamental, na educação infantil foram atendidos trezentos e trinta alunos.

A escola atende trezentos e oitenta e cinco alunos matriculados entre turmas de berçário a turmas de fase II, recebendo crianças a partir de seis meses de idade a seis anos, apresenta um quadro de professores com dezesseis professores em sala, uma professora especialista que atende na sala do AEE, uma diretora e uma coordenadora compondo a gestão escolar. Possui uma secretária, quatro Técnicas de Desenvolvimento Infantil (T.D.I), duas compondo o quadro Técnico Administrativo, nove compondo o cargo de Apoio de Atendimento Educacional e dezoito colaboradores, como estagiários.

A escola conta com uma sala de AEE, oito banheiros para uso coletivo destinados às crianças, dois para alunos com deficiência, oito para funcionários, uma secretaria, uma sala dos professores, uma sala de direção, um lactário, uma cozinha, uma lavanderia, cinco almoxarifados, três parques infantis, um pátio coberto e um anfiteatro coberto.

Ela foi criada no ano de 2011 pelo Decreto nº 101/2012, seu nome foi escolhido, a partir da sugestão da equipe de trabalho, no qual, foram elencados alguns autores de escritores de obras de educação infantil, atendendo em outro espaço escolar, no ano de 2015 passou a ter como sede oficial, a estrutura de escola que possui atualmente.

Desde o ano de 2022 a escola atende a Instrução Normativa nº 004/2022 que propõe a organização de duas horas da carga horária do professor especialista, para que realize um trabalho colaborativo com a parceria do professor de sala comum, desde então, a escola atende a esta normativa. O Município apresenta assim, um avanço na Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, trazendo a proposta para romper com as barreiras que impedem o processo de inclusão escolar no ambiente educacional. No ano de 2022 iniciou o trabalho mais timidamente, aprimorando a parceria, de ambos professores no ano de 2023, trabalho este, que está a cada ano sendo aperfeiçoado, entre os mesmos.

A escola valoriza as brincadeiras e as interações, considerando-as como primordiais dentro do espaço escolar e como etapa do desenvolvimento infantil.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: aspectos Históricos, Legislação e Conceitos

3.1 Breve Histórico e amparo da Legislação

A inserção das pessoas com deficiência na sociedade ao longo da história perpassou por diferentes concepções, carregadas de estereótipos e muita discriminação, a trajetória é marcada por preconceitos que, nem sempre respeitavam o direito à cidadania desses sujeitos.

Segundo Jannuzzi (2004) durante muitos anos, as pessoas com alguma deficiência eram encaminhadas para hospitais de caridade, que acabavam excluindo-as do convívio social. As primeiras escolas no Brasil ocorreram no período imperial, quando foram construídas escolas para alunos com deficiência visual e auditiva, porém incluía apenas uma pequena parte da população, a classe dominante que detinha poder aquisitivo, enquanto que, a maior parte da população ficavam excluídas do processo de escolarização, voltando-se para a educação restrita ao relacionamento familiar.

A educação especial enfrentou diversas lutas sociais até efetivamente instituir-se as Leis que as amparam e as reconheceram dentro do contexto educacional Brasileiro, de acordo com Jannuzzi (2004), a educação especial é voltada para pessoas com alguma alteração funcional, diagnosticada por especialistas da área. No Brasil, a preocupação com a educação especial surgiu a partir da organização da sociedade e não do governo, de acordo com Bueno (2004), após diversas manifestações por parte da sociedade, o governo se viu pressionado a instalar políticas de inclusão educacional, formando assim, a escola inclusiva.

A educação especial e inclusiva foram se consolidando ao longo dos anos, e através dos movimentos sociais passaram a ganhar força, se formando em meados do século 60 e 70, conforme Bueno (2004, p. 81), “as referências sobre educação especial, após esses dois séculos iniciais, consideram o século XVIII como marco definitivo no esforço que a sociedade moderna encaminhara, no sentido de proporcionar educação especializada compatível com as necessidades das crianças excepcionais [...]”. Ressaltando que durante a história, sempre existiu pessoas, com

alguma deficiência, as quais eram escondidas, mortas e excluídas do convívio social, sendo elas, negligenciadas pela sociedade da época, vivendo um período de segregação.

A educação especial percorreu um longo período sem ser notada, em situação de exclusão e preconceitos, segundo Kassar (2011), o atendimento às pessoas com deficiência foi constituído separado da educação, para pessoas que não possuíam características tidas como anormais, foi um período de segregação e um número reduzido de escolas públicas no país, restringindo aqueles com poder aquisitivo, representados pela classe dominante da época, durante a primeira metade do século XX, pais de pessoas com deficiência e profissionais começaram a organizar e formar instituições de ensino privado especializado.

A Constituição de 1988 estabeleceu um conjunto de Direitos Universais de Acesso, assegurando o ensino em escola regular para pessoas com deficiência e o direito à atendimento educacional especializado. No Art. 5º da Constituição Federal, é assegurado a igualdade para todos perante a lei, garantindo que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988), desta forma, todos os cidadãos sem nenhuma distinção possuem o direito a um tratamento justo e igualitário.

As políticas de inclusão vêm sendo fortemente destacadas, no que diz respeito ao atendimento à essas pessoas, principalmente após a década de 90, do século XX. Para Bueno (2004), foi através da população que a Educação Especial passou a integrar os indivíduos na sociedade, passando a se concretizar como uma proposta educacional, apenas na década de 90, através das políticas voltadas para favorecer o lugar da pessoa com deficiência.

No ano de 1999, com a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas com deficiência, também conhecida como Convenção de Guatemala, resultou no Brasil o Decreto nº3.956/2001, que vem afirmar que toda a pessoa com deficiência tem os mesmos direitos e liberdades que as outras pessoas, tendo o direito de não serem submetidas a nenhuma discriminação, a partir da sua deficiência.

De acordo com Kassar (2011), somente com a Declaração de Jomtien (1990), foi estabelecido um conceito de Educação para todos, após, com a Declaração de Salamanca(1994) as pessoas com deficiência passaram a ter um tratamento diferenciado, passando a serem atendidas em sala de aula comum, juntamente com

os outros alunos, com a percepção de uma participação em um paradigma educacional e inclusivo. De acordo com o a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001 em seu artigo 4º, prevê a garantia de acesso e qualidade de ensino das crianças com deficiência, nesse sentido, MEC/SEESP(2001) dispõe que as unidades de ensino devem matricular os alunos com deficiência nas instituições da sala comum, devendo se organizarem para recebê-los, de forma a assegurar uma educação de qualidade para todos.

A educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, vem ganhando espaço no cenário da educação atual, diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, à cerca dessa temática, que durante muito tempo, não era vista como prioridade e as pessoas com alguma deficiência eram excluídas do processo educacional, atualmente essa realidade vem apresentando uma mudança, de acordo com a LDB 93/94, os alunos podem frequentar salas de aulas comum e a perspectiva é que as escolas ensinam para a diversidade. A educação inclusiva, ganhou destaque no contexto político, social e educacional em diversos documentos, entre eles: a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010) e o próprio Plano Nacional da Educação (Brasil/PNE, 2014-2024).

Um dos marcos políticos-legais na educação inclusiva, aconteceu em 1994, através da Declaração de Salamanca, onde foram traçados metas e diretrizes para a inclusão de alunos com “necessidades educacionais especiais”, nos sistemas de ensino. Ela é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos, de 1990. Na Declaração de Salamanca, necessidades educacionais especiais referem-se: “A todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990), prevê o dever do Estado em assegurar as crianças e adolescentes com deficiência, matrículas na rede regular de ensino e atendimento educacional especializado.

Para que a educação especial se torne efetiva, é importante que haja espaços institucionais que complementem o trabalho do professor na escola, que atualmente

é composta pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), composto por um professor especializado, que atende na sala de recursos, garantindo atendimento na escola comum em horário escolar. O objetivo do professor especialista, que atende na sala de AEE, é realizar um trabalho específico de acordo com as necessidades de cada um.²

Segundo o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, afirma em seu art. 1º, § 1º que “considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.” (BRASIL, 2008), o atendimento é individualizado, cujo objetivo é realizar um trabalho pedagógico específico de acordo com as necessidades de cada um

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um dos recursos de apoio para subsidiar a eliminação de barreiras no processo de participação e aprendizagem, assegurando o atendimento às necessidades específicas, através de recursos pedagógicos e de acessibilidade aos alunos PAEE, tendo como objetivo fortalecer o processo de inclusão. É importante destacar algumas das atribuições do professor do AEE, entre elas estão: produzir recursos de acessibilidade e estratégias, de acordo com as especificidades dos alunos com deficiência, elaborar um plano de atendimento educacional especializado, orientar os professores e as famílias a respeito dos recursos pedagógicos e promover uma articulação com os professores da sala de aula comum dentro do espaço escolar. (BRASIL, 2009).

Para Mendes et.al. (2018), a forma do atendimento educacional especializado no contraturno não é o modelo ideal de atendimento, uma vez que demanda que o professor especialista domine uma gama muito ampla de habilidades e conhecimentos, além de ocorrer uma dificuldade na comunicação entre professor de sala comum e professor do AEE. Diante de muitas críticas a respeito desse único modelo na escola, diversos estudos vêm propondo uma mudança na forma do professor especialista atuar dentro do espaço escolar, de maneira que ocorra uma

² A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) dispõe de um conjunto de atividades, recursos e acessibilidades para atender os alunos que possuem laudo médico na escola, eles são atendidos por um Professor Especialista, que é o responsável para atender os alunos com deficiência de acordo com a necessidade de cada um.

comunicação e uma articulação em parceria com o próprio professor da sala comum, uma proposta de trabalho, em que ele possa atender o aluno, na própria sala de aula regular, com a presença do professor de sala, através de um trabalho colaborativo entre ambos.

3.2 Aspectos Conceituais de Educação Especial e Inclusiva

O Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), é composto por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, (BRASIL, 2008) e assim, as escolas encontram formas de educar, para que as crianças possam êxito na escolarização (BRASIL, 19994) uma vez que:

[...] a educação é direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (MENDES, 2006).

Desta forma, é direito de toda criança frequentar a escola e ter um ensino de qualidade, os alunos com deficiência que apresentam laudo médico, frequentam as salas de AEE, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9394 de 20.12.1996, p. 24), no capítulo V art. 58, define educação especial como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida na escola comum para alunos com deficiência. Além disso, a LDB prevê “currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organizações especiais” “[...] professores de ensino regular capacitados, para o atendimento adequado de necessidades educativas especiais (art. 59, I) e a integração desses educandos nas classes comuns” (art. 59, III). No ano de 2003, foi implementado pelo MEC, o Programa de Educação Inclusiva que garante o direito a diversidade, à oferta de atendimento educacional especializado e garantia à acessibilidade.

De acordo com o MEC/SEESP (2001), as unidades de ensino matriculam os alunos com deficiência nas instituições da sala comum, organizando-se para recebê-los, de forma a assegurar uma educação de qualidade para todos. A educação especial é uma modalidade da educação brasileira, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394/96, transversal a todos os níveis,

etapas e modalidades da educação, ela requer uma utilização de metodologias diferenciadas, no que diz respeito ao: currículo, tempo, avaliação, material e espaço.

A Resolução nº 14/CME/2019-Sinop-MT, de 21 de Agosto de 2019, que foi elaborada pelo Conselho Municipal de Educação de Sinop-MT, estabelece normas para a educação de alunos com deficiência, alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD e Altas Habilidades/Superdotação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, prevendo um atendimento de todos os alunos, buscando identificar a diversidade de alunos e atendê-los no contexto educacional, pautando-se em um sistema de construção inclusivo, em seu artigo nº. 1, aponta que:

O atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento – TGD e altas habilidades/superdotação terá início na unidade educação infantil, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de Atendimento Educacional Especializado. (SINOP, 2019, p. 1-2).

Assim, estabelece que a criança é um ser de direitos, que acompanhará a mesma por toda trajetória da escolarização, tendo início na educação infantil, direitos estes, que devem ser assegurados em seu Município.

Já a escola inclusiva é aquela que atende a todos, sem distinção e não apenas os alunos com deficiência, segundo Booth e Ainscow (2012), uma escola inclusiva favorece igualitariamente a relação social entre os alunos, possibilitando um maior envolvimento nos processos educacionais, Mantoan (1998), ela apoia, também, todos os professores e a equipe administrativa para que assim, todos obtenham sucesso na corrente educativa. Para o autor, todas as escolas poderiam ser inclusivas, e uma escola inclusiva requer que todos os seus profissionais trabalhem nessa perspectiva, de modo que, essa diversidade gere necessidades de buscar novos conhecimentos e estar sempre se reciclando e adquirindo mais informações, para trabalhar com os alunos e recebê-los dentro do ambiente escolar.

Fontes (2009), afirma que, a escola para ser inclusiva precisa vencer as barreiras físicas, atitudinais e curriculares, que impedem que o aluno se desenvolva. Segundo Ferreira (2009), as escolas inclusivas, identificam os alunos com deficiência e buscam meios para adequar a realidade do aluno, a partir de parcerias com a família e de um trabalho coletivo que envolva os profissionais dentro do ambiente escolar, para que esse aluno participe e desenvolva suas habilidades.

Uma escola inclusiva precisa criar estratégias e possibilidades para que o aluno esteja inserido e participe das práticas trabalhadas. Seneda (2018), afirma que a escola inclusiva é a escola que precisa adaptar-se ao aluno e não o aluno à escola, sendo necessário oferecer acesso e permanência do mesmo.

De acordo com Noronha e Pinto (2014), a Educação Inclusiva oportuniza a participação de todos os alunos do ensino comum, permeado por uma reestruturação das práticas pedagógicas, das ações realizadas na escola e da infraestrutura, de forma a atender as diversidades dos alunos, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa, cujo objetivo é a inserção na sociedade e o desenvolvimento pessoal. Santos e Falcão (2020), complementam que a educação inclusiva requer investimentos, para trabalhar com o processo de inclusão dos alunos.

Lord (2021), afirma que o contexto de tema de educação especial e educação inclusiva, vem ampliando as discussões e junto com elas as políticas educacionais, devido ao aumento nas pesquisas referente a essa temática, segundo o autor, através dos programas de mestrado voltados à inclusão, como é o caso do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), o qual possui o intuito de colaborar com a formação dos professores que atuam em sala de aula e a partir dela, afetar diretamente os avanços na qualidade de ensino das escolas.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2009), destacam a importância de se ter um bom planejamento das práticas que serão trabalhadas, de maneira que desenvolva competências necessárias para a criança, daí a importância de pensar em estratégias que facilitem o processo de inclusão na escola.

Giroto, Poker e Omote (2012), ao discutirem a educação especial e inclusiva, afirmam que a mesma requer um preparo por parte do professor, para que ele possa desenvolver sua prática com seus alunos, o que acarretará em diversificar a forma de aprender e ensinar. Diante da necessidade de uma educação inclusiva de qualidade, de maneira que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno com deficiência, Braun e Marin (2016), dentre outros, têm apontado em pesquisas, a relevância do trabalho articulado da educação especial e da educação ofertada na sala comum.

Para fomentar a educação inclusiva no ambiente escolar e viabilizá-la na prática, é necessário pautar-se em uma dinâmica de trabalho em colaboração, para que se estabeleçam redes de apoio dentro do ambiente escolar, que contribuirá com o processo de inclusão dos alunos.

4 ENSINO COLABORATIVO: diálogos com a experiência vivida na escola pesquisada

4.1 Experiências de Ensino Colaborativo

A inclusão de alunos com deficiência ainda é desafiadora para muitos professores, Vilaronga e Mendes (2014), apontam o modelo do ensino colaborativo como uma proposta favorável, há diversas pesquisas desenvolvidas em outros países com essa proposta, uma vez que ela vem se apresentando como uma das mais relevantes, no que se refere a inclusão escolar de alunos com deficiência.

Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o ensino colaborativo começou ser implantado em 1980, com documentos normativos que garantiam a presença de um professor especialista, na área de educação especial na sala de aula, junto com o professor de sala comum, nesse sentido Friend et al (2010), discute a questão da parceria entre ambos os profissionais, ultrapassando os modelos tradicionais.

O ensino colaborativo é uma estratégia de inclusão escolar, no Brasil essa proposta é pouco reconhecida, porém ela aparece na Resolução nº. 02/2001 nos artigos 3, 8 e 12, em que os alunos deveriam ser educados preferencialmente, nas classes comuns. A LDB 93/94, o Plano Nacional de Educação/01 e o Atendimento Educacional Especializado, deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, há leis que estabelecem esse atendimento e a forma que ele deve ocorrer, o qual seria através de uma proposta de ensino colaborativo ou coensino.

Cook e Friend (1995), abreviaram o termo “ensino colaborativo” para “coensino”, ambos referem-se a colaboração de dois ou mais profissionais instruindo para um aluno ou grupo de aluno, nesse sentido Capellini e Zerbato (2019), complementam que o ensino colaborativo envolverá o professor da sala e o professor especializado, ambos dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os alunos. De acordo com as autoras, essa proposta surgiu como uma alternativa aos modelos tradicionais de atendimento, que ainda prevalecem no sistema educacional, com o formato de atendimento no período do contraturno da sala regular, dificultando o diálogo e aproximação do professor de sala e o professor especialista.

Esta nova proposta, surge como uma possibilidade de responder as demandas das práticas de inclusão do aluno matriculado na sala comum, uma vez que, ele tem direito a todos os recursos que a escola possa oferecer, inclusive ao professor especialista na própria sala de aula. A escola inclusiva, visa atender a todos diante de suas diversidades, ela precisa ser modificada para atender seus alunos, e assim buscar estratégias que viabilizem o sucesso educacional, neste sentido, o trabalho colaborativo é uma possibilidade favorável.

Através do trabalho colaborativo ocorre um apoio pedagógico, visando a aprendizagem dos alunos e as inter-relações entre os próprios professores, que poderão criar métodos eficazes para contribuir com as aprendizagens dos mesmos, a partir de uma articulação comunicativa dentro do ambiente escolar, com todos os alunos.

Para Fink (2022), o trabalho colaborativo traz contribuições para a prática pedagógica trabalhada pelos professores e na própria aprendizagem dos alunos, as pesquisas apontam-na como uma estratégia significativa para o contexto escolar. Carvalho (2019) ressalta assim, a importância do planejamento da prática pedagógica do professor, uma vez que ele precisa estar de acordo com a necessidade de cada aluno e a partir de um trabalho colaborativo, ambos professores podem dialogar e criar estratégias para que todos participem.

Diante dessa perspectiva, uma possibilidade de estratégia para que as escolas minimizem as barreiras de aprendizagem e garanta a participação efetiva dos alunos com alguma deficiência, destaca-se os sistemas de colaboração, uma vez que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas sim, com o apoio de um professor especializado, de maneira que ambos possuam os mesmos objetivos.

Ferreira et al (2007), apontam o ensino colaborativo com uma proposta, em que professor de educação especial e professor de sala, dividem a responsabilidade de planejar, desenvolver e avaliar um grupo heterogêneo de alunos, para isso, são organizadas estratégias pedagógicas para garantir a participação e a aprendizagem dos mesmos, com o propósito de articular saberes entre ensino comum e especial, combinando habilidades dos dois professores.

O professor da sala tratará dos conteúdos da disciplina, junto com o limite para ensinar o aluno com deficiência e o professor da sala do AEE, contribuirá com a adequação curricular, de acordo com a necessidade de cada aluno, pensando em estratégias e recursos que ajudarão a promover o desenvolvimento das habilidades

dos mesmos, nesse sentido o trabalho colaborativo aparece como uma estratégia de inclusão dentro do espaço educacional.

Wood (1998), afirma que a proposta do ensino colaborativo implica em uma redefinição do papel dos professores de educação especial, uma vez que, este professor não atenderá o aluno apenas em sua sala, retirando-o da sala comum, pois este professor dará o apoio ao professor dentro da sala comum, participando durante todo o processo, não apenas no planejamento e sim durante a realização das práticas trabalhadas em sala, a prática educativa pode ser definida, segundo Nélisse (1997), como um “fazer ordenado” voltada para o ato educativo, é uma ação que necessita de planejamento, interação, avaliação e o replanejamento dessas ações.

Para Beyer (2005) o que caracteriza o ensino colaborativo, não é apenas a colaboração entre ambos profissionais e sim, a presença física de outro professor em sala de aula, essa proposta também pode ser chamada de coensino, Fontes (2009), complementa, uma vez que, ambos poderão assumir a regência em algum momento planejado, uma vez que, o professor especial poderá conduzir uma atividade coletiva e o professor regente poderá acompanhar o aluno em uma ação mais individualizada, avaliando seu progresso, ambos professores circulando na sala poderão auxiliar não apenas esse aluno e sim todos os alunos da sala.

De acordo com Capelline e Mendes (2008), o trabalho pautado na colaboração entre os professores, busca unir as habilidades individuais do professor especialista e do professor da sala comum, para que um apoie o outro e ambos assumam as responsabilidades educacionais, Zebarto (2014), complementa, afirmando que a troca e a soma entre esses professores é uma proposta favorável, para que ocorra o processo de inclusão dos alunos do PAEE, bem como o sucesso da garantia do aprendizado do mesmo, através da proposta, não serão apenas os alunos com deficiência que serão beneficiados e sim todos os alunos da turma, uma vez que a sala contará com dois profissionais em sala, em busca de um objetivo comum.

Em países desenvolvidos, o ensino colaborativo começou a ser implantado na década de 1980, essa proposta, consiste na parceria do professor especialista e do professor da sala comum em sala de aula, nesse sentido:

Começou a se firmar a noção de que a educação especial e serviços poderiam ser oferecidos em ambientes de educação geral por meio de parcerias que ultrapassou as fronteiras tradicionais entre os profissionais e, assim, surgiu o conceito de coensino. (FRIEND et al, 2010, p.04).

No Brasil já temos diversos estudos a respeito do tema, no ano de 2011, no Município de São Carlos-SP, o grupo de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) –“Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial (Foreesp), teve os primeiros estudos sobre o modelo de coensino no Brasil. Vilaronga (2014), realizou sua dissertação de mestrado, a partir dessa escola, que teve um projeto piloto na implementação do ensino colaborativo na escola, o objetivo da pesquisa pautou-se em analisar as experiências, práticas e colaborativas dos professores de educação especial, que participaram da formação, e através dela constatou-se que a pesquisa atingiu o estágio de comprometimento, não atingindo o estágio colaborativo, uma vez que, faltaram momentos para o diálogo e planejamento, e compreender melhor o papel de cada um.

Frenche (2002), dialoga com os papéis dos professores, sendo o professor da sala, aquele que planejará a aula, de acordo com o currículo, ele buscará informações pertinentes sobre o aluno com o professor do AEE, esse por sua vez, terá o plano individualizado do aluno, ambos farão as adaptações necessárias para que esse aluno aprenda da melhor forma, nesse sentindo outros autores vem a somar, com o papel do professor regente, o professor trará os saberes disciplinares, os conteúdos, o cumprimento do currículo e o planejamento da escola . A pesquisa mostrou que o trabalho colaborativo é favorável, porém é um processo que precisa ser aprimorado.

Já Zerbato (2014), realizou sua dissertação sobre o papel do professor de educação especial, na proposta do coensino, no Município de São Carlos-SP, o objetivo foi analisar as práticas colaborativas em sala, realizar formação para professores do AEE e avaliar o processo formativo, a autora traz reflexões sobre a colaboração e o papel dos professores nessa proposta, que aparece como uma possibilidade para enfrentar o desafio da inclusão.

Outro estudo, que foi realizado no Rio Grande do Sul, de acordo com Medeiros, Pavão e Picada (2023), a pesquisa foi realizada por uma das autoras, professora do AEE da escola participante, uma escola da Educação Básica da rede Municipal de ensino, cujo objetivo foi identificar em que medida o ensino colaborativo, potencializa a educação escolar inclusiva na educação básica, a pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa de cunho participante com uma análise de caráter descritivo.

Durante a pesquisa, as dificuldades encontradas foram o número da carga horária da professora de educação especial, o número de alunos que frequentavam o AEE e a falta de horário comum para que ocorressem as trocas durante os

planejamentos entre os professores. Com a pesquisa, concluiu-se que as trocas entre os professores, na perspectiva do ensino colaborativo, colaboraram no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, potencializando o processo de inclusão escolar.

No Brasil, as pesquisas ainda estão caminhando, Fontes (2013), afirma que ainda há uma fragilidade teórica na área, pois há poucos estudos que relatam esta prática, que se mostra tão favorável no contexto de inclusão educacional.

De acordo com Lord (2021), através da revisão da literatura, é possível conhecer as investigações de outros pesquisadores que já estudaram sobre a temática, sendo possível verificar como os estudos foram conduzidos durante a realização da mesma e quais resultados foram encontrados, como realizaram a pesquisa e sendo assim, é possível fazer a pesquisa com outros pesquisadores. A partir desta revisão, foi possível embasar este estudo, trazendo discussões teóricas a respeito do que os autores dialogam sobre a proposta do trabalho colaborativo e suas contribuições para o fortalecimento de uma educação inclusiva.

4. 2 O Trabalho Colaborativo Desenvolvido entre a Professor da Sala de AEE e a Professora da Sala Comum

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB93/94) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil Brasil (1998), representam um grande avanço conceitual na educação infantil, pois a reconhecem como a primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de 0 até os 6 anos de idade. O art. 29 explicita que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Emergindo uma preocupação com a valorização da primeira infância, delimitando-a como uma etapa necessária da Educação Básica. A partir desta nova dimensão, a educação passa por uma reorganização e assim, são delegadas

responsabilidades às escolas e amplia o dever público para garantir a escolarização às crianças pequenas.

De acordo com a LDB nº. 9394/96, em seu artigo 30, estabelece que a educação infantil é composta por creche e pré-escola, o atendimento em creche ocorre de 0 a 3 anos de idade e na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, vale destacar que a faixa etária de 4 a 5 anos, que compreende a pré-escola, tornou-se obrigatória, a presença das crianças dentro do ambiente escolar.

Nos últimos anos tem se pensando no papel do professor especialista na escola comum, nesse sentido Mendes et.al (2014), questiona o modelo do Atendimento Educacional Especializado, de maneira que ele não ocorra apenas em uma sala no contraturno do aluno, de maneira isolada, sem que haja um diálogo e interação com o professor da sala regular.

Neste sentido, o Município de Sinop na rede Municipal de Educação Básica, estabeleceu o Decreto nº. 305/2022, que homologa a Instrução Normativa nº. 002/SMEEC/2022, implantada no ano de 2022, que dispõe sobre a regulamentação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal da Educação em Sinop, em seu artigo 9º propõe que o professor do AEE terá atribuição de 02 (duas) horas/aula semanais, para que efetive um trabalho colaborativo em parceria com o professor do ensino regular, segundo a normativa há uma preocupação em aproximar ambos professores, de modo que essa articulação incida diretamente no atendimento do aluno PAEE, criando estratégias para a inclusão escolar dos alunos.

A proposta da normativa é possibilitar ações colaborativas entre os professores, buscando estratégias que atendam os alunos de acordo com sua especificidade, é uma proposta de trabalho colaborativo, em que ambos professores poderão pensar práticas em colaboração, articular planejamentos e estratégias que irão contribuir para a participação e desenvolvimento da criança.

A proposta do trabalho colaborativo, requer ações colaborativas que serão desenvolvidas no espaço educacional. Na proposta que envolve um trabalho, a partir da colaboração de todos os profissionais da escola, e nesse processo, as práticas serão pensadas, discutidas por ambos professores, buscando maneiras para o desenvolvimento das habilidades dos alunos, o trabalho colaborativo envolverá os profissionais da escola, em busca de um bem comum, incidindo sobre a criança. Autores como Wood (1998), Capellini, Felipe (2014), apontam que os modelos de

colaboração entre professores, pais e os profissionais das escolas, que têm sido implementados para atender a demanda educacional e que beneficia alunos com e sem deficiência, essa prática pedagógica já é reconhecida como estratégias favoráveis e bem sucedida.

Uma proposta que rege a Normativa de Atribuição de Aulas para atendimento da sala de AEE, no Município de Sinop-MT, é voltado para um trabalho colaborativo, para que as práticas e ações sejam pensadas, não apenas pela figura do professor da sala do AEE, incluindo 02 horas semanais, para que ocorra um trabalho colaborativo entre o professor de sala comum e o professor de AEE, buscando aproximar ambos os profissionais.

Segundo Capellini, Mendes (2007), a partir da prática de colaboração no contexto da educação inclusiva, requer mudanças na organização da escola e no trabalho dos professores, no intuito de romper com a cultura de um trabalho isolado, individualizado, visando enfatizar um trabalho em grupo, de maneira a compartilhar saberes e oportunizar a todos os alunos o desenvolvimento de habilidades, proporcionando uma aprendizagem a eles.

Ao abordarmos o assunto do trabalho colaborativo, questionamos as professoras de sala comum sobre o que é um trabalho colaborativo, abaixo realizamos a transcrição das falas das mesmas³:

PSC1- Eu não conhecia esse termo, acredito que talvez já até tenha realizado alguma proposta antes, mas como não sabia exatamente o que era, eu nem relatei, mas fui compreender esse termo quando estava na disciplina do mestrado. O trabalho colaborativo é uma parceria e parceria é quando você pode contar com o outro, então eu vejo assim, se vamos realizar uma proposta colaborativa na sala, eu não posso pensar sozinha, eu tenho que estar com a parceira, aqui na escola vai ser com a professora do AEE[...] e aqui na sala quando a professora do AEE vem, ela também faz essa observação da criança realizando atividades sozinha, dela interagindo com os pares, de como é esse processo e de vez em quando conversamos. Então eu vejo que o trabalho colaborativo é diálogo[...]

PSC2- Colaborativo é quando alguém colabora com você naquele sentido, naquela dimensão, agora você quer que eu especifique de quem? Porque nós tivemos umas aulas colaborativas com o AEE, que eu achei bem bacana, acho que os alunos gostaram, eu gostei e é um novo método para todo mundo.

PSC3 - Eu acho que colaborativo envolve a colaboração de todos, de todo o ambiente escolar, desde as merendeiras, desde o pessoal da limpeza entender que aquele aluno é especial, que ele tem alguma deficiência, que possui uma necessidade diferente dos outros, tanto com a coordenação para

³ A transcrição das entrevistas buscou ser fiel ao conteúdo revelado pelas entrevistadas.

fazer uma parceria e ajudar na elaboração de atividades e trazer sugestões e também conhecer essa criança como a professora da sala de AEE para que ela tenha um atendimento individualizado ou com auxiliar da sala, que também está sempre colaborando. O pai e mãe, uma vez que eles conhecem algumas características que nós podemos demorar para conhecer no começo do ano e que se a mãe tiver essa parceria conosco, tudo se torna importante.

PSC4- Eu entendo que é um trabalho muito bacana em parceria do professor com o professor de sala e que só vem somar. Ajuda a criança a fortalecer a autoestima e o senso do pertencimento, eu vejo como um ponto muito positivo esse trabalho, que só tem a ajudar tanto professor quanto as crianças a se desenvolverem nas suas aprendizagens né, e vejo como algo muito bom, muito interessante. Esse ano eu tive oportunidade de participar, as crianças gostaram de conhecer a sala do AEE, estar lá, conhecer, brincar, fazer atividade dentro da sala sempre incluído nesse trabalho colaborativo, para as crianças foi algo interessante e para nós também enquanto professores.

A professora da sala do AEE fez o seguinte relato sobre o que é o trabalho colaborativo:

P.E - Ele é um trabalho em conjunto, com a professora de sala comum e ele vem para poder melhorar as dificuldades que os alunos têm, de desenvolver a aprendizagem e também para melhorar o trabalho, tanto do professor da sala quanto do professor da sala do AEE para atender melhor esse aluno.

A partir das transcrições das entrevistas, constatamos que ao abordar o assunto do trabalho colaborativo, as professoras mostraram bastante entendimento sobre o assunto, uma vez que, o trabalho aconteceu durante todo o ano letivo, todas sinalizaram ser um trabalho significativo, que vem a contribuir com os professores e as próprias crianças.

Para Damiani (2008, p. 218), “[...] pode-se pensar que o trabalho colaborativo entre professores apresenta potencial para enriquecer sua maneira de pensar, agir e resolver problemas, criando possibilidades de sucesso, a difícil tarefa pedagógica”. O sociólogo Richard Sennett (2012), acredita que a cooperação necessita ser desenvolvida na sociedade em que vivemos, e é necessário a colaboração e a realização de projetos que visem o bem comum entre os indivíduos. Desta forma, a proposta de um trabalho colaborativo está sendo bem aceita entre as professoras da escola, que compreendem que uma colaboração entre ambos é favorável para todos os envolvidos no processo de escolarização.

O trabalho colaborativo é uma estratégia de inclusão escolar, no Brasil essa proposta é pouco reconhecida, porém ela aparece na Resolução nº. 02/2001 nos artigos 3, 8 e 12, em que os alunos deveriam ser educados, preferencialmente, nas classes comuns. A LDB 93/94 e o Plano Nacional de Educação/01 o Atendimento

Educacional Especializado, deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, há leis que estabelecem esse atendimento e a forma que ele deve ocorrer, seria através de uma proposta de ensino colaborativo ou coensino.

A professora PSC3 ainda cita a parceria entre todos os membros da escola e a própria família, Capelline e Zerbato (2019), abordam ainda a importância do apoio e mediação da gestão escolar, uma vez que, Marchesi (2004), afirma que uma escola inclusiva necessita que todos participem do processo de inclusão, de maneira que os professores adquiram conhecimentos e competências, para atender a todos, e os profissionais necessitam desses conhecimentos para participar da adequação curricular, intervir junto com os alunos, possibilitando estratégias diferenciadas, para contribuir com as dificuldades encontradas e oferecendo aprendizagem adequada às necessidades de cada um. A escola inclusiva é aquela que atende a todos e não apenas um grupo de alunos específicos, ela exige uma reestruturação global para a diversidade esta, por sua vez, abrange todos sem distinção, incluir não é apenas acolher e sim, poder oferecer apoio e recursos necessários para que todos alcancem a aprendizagem.

O trabalho colaborativo busca envolver todos os alunos e não apenas o aluno com deficiência, neste sentido Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), abordam o trabalho colaborativo como sendo eficaz para resolver os problemas administrativos, pedagógicos e comportamentais, além de promover um desenvolvimento de todos os envolvidos, sejam eles alunos, professores ou diretores.

O próprio documento que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, já enfatiza uma articulação entre os professores e família, em nenhum momento as normativas propõem apenas atendimentos individualizados, prevê sempre a participação e o envolvimento dos demais para dar apoio ao aluno com deficiência, em seu Art. 9º, a elaboração e a execução do plano de AEE, são de competência dos professores especializados em articulação, com os demais professores do ensino comum, envolvendo a participação das famílias, os demais serviços setoriais da saúde e outros necessários ao atendimento do aluno. (Brasil, 2009).

Dando continuidade, questionamos sobre como é desenvolvido o trabalho colaborativo na escola, obtivemos as seguintes informações:

PSC2 - A professora veio na minha sala fazer observação, auxiliou e levou a turma toda na sala dela, eles amaram, nos dias que ela veio na sala, ela se engajou com o conteúdo do dia, eu achei bacana, pois ela auxiliou em sala e ao mesmo tempo estava acompanhando, ela foi criativa e as crianças amaram.

PSC3 - É essa colaboração, a professora também traz para nós algumas coisas que ela percebe que a aluna faz, por exemplo outro dia, ela chutou e brincou com a bola bastante tempo e aí a professora mostrou que ela gosta, que ela chuta, que ela arremessa, que ela entende os comandos, coisa que eu não tinha conseguido fazer com ela ainda, de oferecer o comando, isso ainda não tinha acontecido e a professora do AEE me mostrou através de vídeo o que ela fez, então essa parceria é legal. Ela trouxe ideias, sugestões, esses avanços que ela percebe e que considero muito importante, como também considero essa colaboração que está acontecendo da seguinte forma: um diálogo entre nós, a professora do AEE vem observar e auxiliar ela na sala, porque na sala de aula com os outros alunos, ela é muito diferente[...]

PSC4 - Esse trabalho na escola foi desenvolvido juntamente com a professora do AEE, ela convidou nossa turma para estar participando de atividades na sala dela, onde as crianças puderam utilizar material que é utilizado para as crianças do AEE, realizamos também circuito, brincadeiras no pátio, foi algo bem interessante ver as crianças especiais participando com bastante destreza dentro do limite deles, porque as crianças especiais têm também as suas limitações e nós precisamos respeitar.

P.E - Ele é desenvolvido de várias formas, nós planejamos com a professora e a colaboração acontece em vários espaços, na sala do AEE, na sala comum pode ser no parque, pode ser no pátio, desenvolvendo vários tipos de atividades que envolva o aluno com os demais alunos da sala.

A proposta de trabalho colaborativo que está sendo desenvolvida nesta escola participante, vem ao encontro do que a Normativa nº. 002/SMEEC/2022, do Município propõe, que ocorra um trabalho em parceria da professora de AEE com a professora da sala comum, de maneira que haja uma aproximação entre ambas as professoras, cuja consequência incidirá diretamente no êxito da escolarização dos alunos PAEE. De acordo com Mendes et. al. (2014), a aproximação entre os professores poderá colaborar com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, uma vez que, o professor especialista poderá acompanhar mais de perto a trajetória de escolarização do seu aluno PAEE e observar a necessidade de recursos e acessibilidade, podendo surgir estratégias para reduzir as barreiras que os professores encontram para trabalhar com os mesmos.

De acordo com Vilaronga e Mendes (2014), uma vez que o aluno PAEE é inserido na sala de aula comum, ele tem o direito de se beneficiar com todos os recursos que a escola possui para que o acompanhe na sala de aula, inclusive o professor especializado.

Desta forma a proposta da normativa é possibilitar ações colaborativas entre os professores, que vai desde a elaboração de um planejamento articulado entre os professores, até a elaboração de relatórios em conjunto, observações e acompanhamento do aluno na turma de ensino comum, práticas colaborativas desenvolvidas em sala de aula e em todo ambiente escolar, de maneira a contribuir com a participação e desenvolvimento da criança. Capelline e Mendes (2008), afirmam que através do trabalho colaborativo é possível unir habilidades individuais dos professores, para que um apoie o outro e juntos ambos trabalhem na mesma perspectiva, para atingir seus objetivos para que seus alunos participem e desenvolvam as habilidades necessárias ao seu desenvolvimento.

Para Capellini; Zerbato (2019), o professor do AEE não precisará estar o tempo todo em sala, junto com o professor devido outras atribuições, porém quando trabalham juntos, o processo de formação e aprendizado acontece, a partir daí, o professor da sala comum aprende a realizar práticas inclusivas, mesmo sem a presença do professor especializado.

Ao questionar a professora PSC1 sobre o que poderia ser melhorado nesse trabalho colaborativo, ela afirmou:

PSC2- Eu acho que nós já caminhamos aqui na nossa unidade relacionada a isso, [...] pois quando entrei nessa escola no ano de 2015, já existia a sala do AEE e nas outras unidades que eu trabalhei não tinha, então para mim, foi tudo diferente e naquele ano eu recebi uma criança cega na turma e o que nós percebemos é que não tinha esse diálogo, era professora do AEE lá na sala dela e eu lá na minha sala, estávamos errados? Naquele momento, naquela nossa forma de ver as coisas não, para nós era assim que ia ser realizado o trabalho, eu lá na sala com as crianças e ela na sala dela [...]

A professora afirma que houve avanços, a partir desta proposta, uma vez que o atendimento, como acontecia nos anos anteriores, impossibilitava uma aproximação e um diálogo entre a professor da sala do AEE e a professora da sala comum, esse novo modelo de proposta, visa vencer essa barreira e aproximar os professores, proposta que vem avançando devido a iniciativa da proposta do município criar uma normativa para aproximar os professores, de maneira que não trabalhem sozinhos e busquem parceria dentro da escola, trazendo contribuições para os próprios professores e para os alunos.

Para Mendes et.al. (2018), a forma do atendimento educacional especializado no contraturno não é o modelo ideal de atendimento, uma vez que dificulta a comunicação entre professor de sala comum e professor do AEE.

Visando conhecer o que poderia ser melhorado nessa proposta do trabalho colaborativo, que está sendo desenvolvido na escola, participante em questão, fez-se a seguinte pergunta: O que você acha que poderia ser melhorado nesse trabalho colaborativo?

PSC1- [...]nós já avançamos muito, por exemplo talvez eu iria fazer uma atividade diferente, que não estava planejada desta forma, mas eu fui lá e convidei a professora do AEE para ela vir na sala e ela participou e falou: nossa professora que legal essa música que você fez, observei que a criança autista participou, então assim já melhoramos e eu acredito que com formação, talvez a formação continuada, mais conhecimento sobre o trabalho colaborativo, nós vamos melhorar cada vez mais, porque não é eu invadir o espaço da professora do AEE nem ela invadir o meu espaço, e nós trabalharmos juntas para que seja melhor, para que a prática pedagógica seja melhorada cada vez mais.

PSC2- Acho que a frequência, foram poucas vezes que aconteceu o trabalho colaborativo nesta sala.

PSC3 - Mais tempo para esse diálogo, mas eu também penso que nós também não temos esse tempo para esse diálogo, são tantas funções que a gente tem que exercer, tanto a parte burocrática que o nosso tempo na nossa hora atividades ela as vezes está atendendo um aluno, eu estou fazendo planejamento, ou estou em um curso, então falta tempo para esse diálogo que deveria acontecer mais vezes[...].

PSC4 – Eu acho que deveria acontecer com mais frequência, desde o início do ano, no mês de março, após o período de adaptação, com um cronograma quinzenal, ou semanal, que fosse organizado, para que todas as salas que tenha alunos especiais, pudessem estar participando com mais frequência, eu acredito que traria um bom resultado.

P.E - Trabalhar mais a formação dos professores, para que eles possam ter um conhecimento a mais sobre esse trabalho colaborativo.

As professoras PSC2 e PSC4 abordaram a questão da frequência, segundo elas, poderia ser maior, acontecer mais vezes, a partir da fala, realizamos o seguinte questionamento para essas duas participantes: Você tem conhecimento sobre a Normativa de Atribuição de Aula da sala do AEE?

PSC1- Então, eu tenho conhecimento da normativa, já havia feito a leitura e aí eu reforço o que eu já falei, eu vejo que é pouco, pois é um trabalho de diálogo e de interação, desta forma, ela poderia estar mais presente na turma.

PSC4 - Olha para ser sincera, não. Mas tenho curiosidade em conhecer.

A Instrução Normativa nº. 002/SMEEC/2022, dispõe de duas horas semanais para que o professor realize o trabalho colaborativo, para as professoras PSC2 e PSC3, esse tempo não é o suficiente para atender a demanda de aula. Contudo, a proposta das duas horas semanais já se apresenta como um avanço inicial, visando aproximar os professores, porém ainda há professor que não possui conhecimento a respeito da normativa, mas aceitou realizar essa prática de colaboração na escola.

A professora PSC1 teve conhecimento desta proposta ao ler a normativa de atribuição, que não aconteceu através de reunião e formação e sim do interesse ao ler como a atribuição de aula do AEE, a professora relata que seria interessante informações e formação por parte da secretaria, a respeito do tema. O que supõe que seria necessário um trabalho de esclarecimento para todos os profissionais da escola, em relação a proposta de trabalho do município na escola e consequentemente conceituar o que é uma proposta de trabalho colaborativo na escola.

Para Zebarto (2018), as mudanças na forma de ensinar não são tarefas fáceis de realizar, e o professor de sala comum não deve realizar essas mudanças, sozinho uma vez que, ele precisa do apoio de todos os outros profissionais especializados, de recursos para trabalhar e de uma formação para que ele consiga desenvolver um bom trabalho, ainda segundo a autora, a inclusão escolar não deve acontecer apenas na sala de aula, daí a importância de uma formação, uma vez que a escola inclusiva requer a colaboração de todos os profissionais.

Um trabalho voltado na colaboração e parceria dos profissionais traz mais segurança para os professores, uma vez que ocorrem as trocas de conhecimentos e saberes compartilhados, o diálogo e a busca de estratégias para realizar um trabalho pensado coletivamente contribuirá para esclarecer dúvidas e buscar meios para trabalhar com o aluno em sala, de maneira que não desenvolva apenas as habilidades necessárias e sim promova uma interação e socialização de todas as crianças da turma.

Marin e Braun (2013), afirmam que o trabalho colaborativo é uma alternativa importante para o acesso universal ao currículo, na qual ambos os professores juntamente com a equipe gestora articulam saberes e compartilham suas práticas e juntos possam definir as melhores estratégias para alcançar a aprendizagem de todos. Neste sentido, Rabelo (2012), afirma que o trabalho colaborativo se define mais como

uma filosofia de trabalho entre os profissionais, do que uma metodologia de trabalho, uma vez que, abre a possibilidade de um ensino compartilhado na escola.

Na escola participante, o trabalho colaborativo, é desenvolvido com a professora da sala do AEE e a professora da sala comum, ambas professoras dialogam sobre o aluno e discutem o que será trabalhado nos dias que a professora do AEE irá acompanhar durante as práticas trabalhadas, vale ressaltar que a professora da sala do AEE acompanha o trabalho apenas das professoras, que possuem alunos com laudo médico. A presença da outra professora em sala requer um subsídio a mais para o aluno e para os outros alunos da turma, uma vez que a professora passa a auxiliar e colaborar com os outros alunos da sala, durante as atividades propostas.

A partir das observações realizadas, foi possível constatar que todas as quatro turmas participantes, apresentam pelo menos um aluno com laudo médico matriculado na sala de aula, e para conhecermos a deficiência dos alunos, questionamos as professoras, por meio da entrevista sobre qual a deficiência dos mesmos:

PSC1- Aqui na sala, nós temos uma criança que ela está em investigação para autismo, ela inclusive tem um parecer psicológico relacionado de F84 e nós temos uma outra criança [...], mas como nós professores não realizamos esse diagnóstico, eu fiz um encaminhamento para a professora do AEE, para que fosse encaminhar para fazer um diagnóstico com ele também, atualmente ele está fazendo acompanhamento com a psicóloga mas ele não tem um laudo, ele não tem nem o parecer psicológico, nada sobre, se realmente o que ele tem se é autismo ou não.

PSC2 - Eu tenho um com Síndrome de Down, só que recentemente apareceu uma outra com autismo pode ter comprovado e tem outro sendo avaliado.

PSC3 - É autismo pelo que eu soube do grau dela é bem maior, um grau moderado para maior.

PSC4 - Eu tenho um aluno que tem Síndrome de Down e está investigando autismo e um com deficiência intelectual, DI no caso.

As turmas pesquisadas possuem pelo menos um aluno com laudo em sala, a sala da professora PSC4 é a única turma no período matutino que apresenta duas crianças na mesma sala com deficiência, uma aluna da professora PSC2 foi diagnosticada com autismo no final do mês de novembro, logo que foi realizada a entrevista com a professora e na sala da professora PSC2 possui outra criança no

processo de investigação, que inclusive já está tendo um acompanhamento psicológico.

Ao ter acesso aos laudos de cada criança, foi possível conhecer o diagnóstico de cada um, o aluno da professora PSC2 possui um laudo médico diagnosticado com Síndrome de Down, o aluno faz acompanhamento médico e recebe atendimento do fonoaudiólogo para estimular a fala, uma vez que, o aluno apresenta ausência da oralidade.

Na sala da professora PSC1, a aluna possui o diagnóstico de TEA-CID 11 6A02 (Transtorno do Espectro Autista) e CID 10 84 (Transtorno Global do Desenvolvimento), a aluna apresenta limitação no uso da fala e tem acompanhamento médico. Na sala da professora PSC3, a aluna apresenta laudo de CID 10 F84, com Transtorno Global do Desenvolvimento e TEA grave, com ausência da fala, a aluna faz acompanhamento médico. Já na sala da professora PSC4, apresenta o CID: G 40.9 (Epilepsia não especificada) CID: F83.0 (Retardo Mental Grave) e CID: F79 (Retardo mental não especificado), menção de ausência ou comprometimento mínimo do comportamento. O aluno apresenta ausência do uso da fala.

Os alunos citados acima são atendidos na sala do AEE com a professora da sala do AEE, assim como está previsto em lei, que o atendimento desses alunos PAEE composto por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2008).

4.2.1 Ambientes Escolares que ocorrem os Trabalhos Colaborativos

Um aspecto importante a destacar é sobre a organização dos diferentes ambientes escolares. Para Forneiro (2007), a organização do espaço educacional deve ser considerada como um conjunto de recursos, que estimulem a aprendizagem e de desenvolvimento pessoal, nesse sentido, é necessário que sejam estimulantes, contribuindo significativamente para o processo de aprendizagem das crianças, contribuindo com esse pensamento a autora afirma que, a organização dos espaços internos e externos devem:

[...] promover a convivência das crianças entre si e com os adultos a cargo do processo educativo, favorecendo as interações positivas baseadas no respeito mútuo, na resolução pacífica de conflitos, na expressão e respeito pelos próprios sentimentos e pelos dos demais e no trabalho colaborativo (MEDEL, 2012, p. 13).

Daí a importância de se pensar nos espaços que serão trabalhados, vale destacar a ênfase dada ao ambiente em que ocorre esse trabalho colaborativo, uma vez que é através dos espaços educacionais que ocorrem as trocas de experiências, a discussão e elaboração dos planejamentos e o desenvolvimento das práticas trabalhadas em sala. Gomes (2007), pondera que as práticas educacionais e os currículos com perspectivas voltadas às diversidades, proporcionam a educação marcada por um processo de interação entre o ser humano e o meio em que está inserido.

Segundo Barbosa e Gobatto (2021) as escolas de Educação Infantil cumprem a função social de atender as crianças, socializar, acolher, brincar, desta forma, na Educação Infantil, a maneira como são organizados os espaços e a dinâmica que são trabalhadas, é que definem o cenário das múltiplas aprendizagens (FORNEIRO, 2007). A autora relata que os elementos do espaço e a forma que irá trabalhar, podem influenciar na conduta e aprendizagem das crianças.

Beber e Silva (2018) dialogam a respeito das instituições de educação infantil, ambientes estes, de espaço de vida coletiva, que atende crianças, concebendo a infância como uma etapa de vida, embasadas a partir das vivências, experiências e das interações com o outro, respeitando-a e enxergando como um ser capaz.

As sugestões das técnicas pensadas entre ambos professores, as estratégias e os recursos utilizados devem ser pensados para a construção de um ambiente inclusivo. Na proposta da prática do trabalho colaborativo, é importante (re) criar esta cultura dentro do ambiente escolar, possibilitando que cada professor com sua experiência auxilie no processo de planejamento, decisões, desenvolvimento das práticas em sala e avaliações para serem trabalhadas durante todo o processo educacional.

A partir da observação participante, foi possível verificar que as práticas colaborativas desenvolvidas entre as professoras, foram trabalhadas em diversos ambientes, sejam eles externos e internos, dentre eles: o parque, refeitório, sala de aula, sala do AEE, sala dos professores e pátio, ambientes pensados para que a

criança possa interagir com os outros colegas, construir conhecimentos, desenvolver habilidades e brincar umas com as outras.

Ao questionar a P.E com relação ao ambiente escolar propício para o desenvolvimento das práticas colaborativas, ela relatou:

P.E - Todos os ambientes, tanto o ambiente interno quanto o externo, são propícios para trabalhar essa aula colaborativa.

Assim, como destaca Forneiro (2007), a organização do espaço educacional para que ocorra o trabalho colaborativo, pode ser pensada tanto em ambientes internos quanto externos, assim como a professora afirmou trabalhar, contudo o autor destaca que deve ser considerado o conjunto de recursos e estratégias que irão estimular a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, o que incluirá desenvolvimento das habilidades e as próprias interações entre os pares.

O trabalho colaborativo apresenta-se como uma ação pedagógica, com o intuito de atender as novas demandas diante do paradigma da inclusão. Diante da importância de se pensar nos ambientes para o trabalho colaborativo, a pesquisa buscou conceituar através de um guia, o trabalho colaborativo, trazendo informações a respeito dessa proposta e apresentando-a como uma estratégia de inclusão no ambiente escolar.

Para Silva (2022), o conceito de inclusão refere-se a garantia de acesso e permanência de todos na escola, respeitando as diferenças e particularidades de cada um. Segundo Rodrigues (2006), exige a necessidade de uma pedagogia diferenciada, de maneira que oportunize o acesso e a participação de todos no ensino comum, possibilitando que o mesmo transite entre a sala comum e o ensino especial, quando houver a necessidade e quando houver a presença de um laudo médico, apresentado às escolas.

Segundo Cirino (2021), é um princípio que envolve o direito de igualdade e oportunidade de aprendizagem para todos, ela não envolve apenas alunos com alguma deficiência, abrange todos. A inclusão não é uma tarefa simples, de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), os desafios são principalmente a falta de preparo dos profissionais envolvidos no processo educacional e a dificuldade de criar um ambiente para que ambos professores possam estar interligados, a partir de então, faz-se necessário pensar em estratégias que viabilizem a inclusão e torne

esse processo possível para a escola e para os alunos especiais.

As práticas colaborativas dentro do ambiente escolar, extrapola as duas horas que perpassa a relação professora-professora, envolvendo todos os profissionais da escola, na organização dos espaços externos, desde os colaboradores do apoio à gestão.

Para que ocorra o sucesso das práticas colaborativas, a expectativa é que as relações desenvolvidas entre ambos os professores, juntamente com o apoio da gestão escolar consigam alcançar o estágio colaborativo.

4.3 Processo de inclusão e dificuldades encontradas sob os olhares das professoras

No Brasil, a educação é um direito inalienável para todos, em idade escolar. De acordo com Masini (2004), inclusão vem do verbo incluir, que significa compreender, fazer parte, ou participar daquilo que o sistema educacional oferece.

Compreendendo a importância da inclusão e de estratégias para que de fato ela ocorra na escola, buscamos ouvir as professoras sobre o que elas entendem por inclusão de alunos com deficiência no ensino comum. Abaixo, apresentamos trechos a respeito da fala das mesmas.

PSC1 - [...]Eu vejo essas crianças, como uma oportunidade tanto para mim enquanto educadora, de poder realizar o trabalho com eles, como também para as outras crianças, que não têm deficiência de conviver com seus pares e estar em sociedade, ver a dificuldade daquele colega e poder ajudar, então eu vejo assim, que a criança estar incluída no ensino comum é uma forma de benefício para todos, para eles que vão poder estar ali, convivendo com os demais, para as outras crianças que não tem a deficiência e vão poder aprender a respeitar a deficiência, a diferença daquele colega e para mim profissional, também, que eu vou poder trabalhar com esse grupo [...]

PSC2 - Eu acho que é o aluno frequentar normalmente uma sala de aula, mas com aprendizagem mais personalizada, de acordo com a especificidade, não importa se é autista, um Down ou outras né, um exemplo, o surdo, então atender ele de maneira personalizada, ele frequentando uma sala regular da melhor maneira possível.

PSC3 – Incluir, eu acho que é você fazer de tudo para que ele também avance nos conhecimentos, de acordo com o que é possível para ele, então você tem que adaptar as atividades, tanto escrita, quanto as de coordenação motora né, inserir ele com os outros alunos, para estar participando, para estar brincando junto né, eu acho que tudo isso é muito importante, você preparar

atividades que dê conta de fazer para aquele que também se desenvolva né, assim como para o restante das crianças.

PSC4 – Eu entendo que a inclusão é algo muito interessante para as crianças com deficiência. Porque eles têm oportunidade de estar interagindo com as outras crianças, aprendendo e também ensinando as outras crianças, pois eles não só aprendem como também ensinam, eles também têm aprendizado para passar para os outros alunos, então eu acredito que a inclusão é algo muito bom, é uma oportunidade que eles têm de estar interagindo, de estar aprendendo, de estar fortalecendo a auto estima deles né, e desenvolvendo o sentimento de pertencimento nas escolas quando a criança é incluída.

A partir dos relatos das professoras, evidenciamos que incluir o aluno é dar possibilidades para que ele esteja interagindo com outros colegas na sala de aula comum, aprendendo a respeitar e ser respeitado e desenvolvendo suas habilidades, Strieder, Zimmermann (2000), afirmam que inclusão exige uma reflexão de toda a comunidade escolar, a respeito de mudanças na maneira de pensar e na valorização da diversidade presente na humanidade. As professoras PSC2 e PSC4 tratam o respeito e as diferenças, que devem ser trabalhadas e respeitadas desde a educação infantil, na primeira etapa da educação, enxergando a capacidade de que seus alunos aprendam com o outros e vice-versa, mantendo o sentimento de igualdade e valorizando a diversidade de alunos que recebem em suas salas de aula.

As professoras PSC1 e PSC3 destacam a importância de trabalhar, a partir das especificidades dos seus alunos ao envolver a inclusão dos mesmos na sala comum, uma vez que, não basta apenas matricular esse aluno na sala de aula e sim oferecer possibilidades para que ele desenvolva seu conhecimento, apenas a presença física do aluno na sala de aula não é considerada inclusão. Segundo Mantoan (1997), a prática de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, que se dão a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, visando atender as necessidades de todos os alunos.

Desta forma, há a necessidade de se pensar e refletir sobre uma ação contrária à essa prática para ter avanços, uma vez que, o professor precisa ressignificar suas ações, buscando alternativas e estratégias para que de fato esse aluno aprenda, levando em consideração as práticas pedagógicas de acordo com as diferenças e especificidades dos alunos, vindo ao encontro do que as professoras PSC1 e PSC4 destacaram, a importância de adaptar e ter novas estratégias de trabalho, a partir das especificidades de cada aluno.

É possível estabelecer um diálogo a partir da fala das professoras para compreender que a inclusão passa por uma desconstrução de uma escola que forma

todos iguais, uma vez que, cada alunos de acordo com a deficiência e dificuldade, irá alcançar o desenvolvimento de habilidades de acordo com sua especificidade, dentro do seu tempo, no seu ritmo, de maneira que ele esteja interagindo e participando das atividades que são proposta, pensadas e adaptadas para ele.

Segundo Rodrigues (2006), inclusão é enxergar os alunos como diferentes e que possuem a necessidade de uma pedagogia diferenciada, a fim de atender e oportunizar o acesso e a participação de todos os alunos no ensino regular, possibilitando que o aluno transite entre a sala comum e o ensino especial, quando houver necessidade, a partir da apresentação de um laudo médico, apresentado às escolas. De acordo com Silva (2022), o termo inclusão refere-se a garantia de acesso e permanência de todos na escola, respeitando as diferenças e particularidades de cada um. Para Cirino (2021), é um princípio que envolve o direito de igualdade e oportunidade de aprendizagem para todos, ela não envolve apenas alunos com alguma deficiência, abrange todos.

Partindo desse pressuposto, verifica-se a importância de incluir a todos sem distinção, de maneira que cada aluno possua as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. A educação inclusiva quebra as tradições de que todos precisam aprender da mesma maneira e no mesmo ritmo, cada um aprenderá no seu tempo e dentro das possibilidades, possibilitando que o aluno consiga interagir e socializar com os alunos e esses alunos também aprendam interagir e socializar com o aluno, fato importante na educação especial.

Ao questionarmos as entrevistadas se elas realizam alguma atividade diferenciada para os alunos com deficiências, as participantes fizeram os seguintes relatos:

PSC1 - Essa criança está comigo desde o ano passado, ela também foi minha aluna e eu utilizei uma técnica que se chama de comunicação aumentativa e alternativa, porque no período de adaptação ela teve muita dificuldade, então nós tiramos umas fotos dela aqui na escola, em vários momentos para que ela pudesse se comunicar, porque ela é não verbal [...], então assim, teve atividades específicas para ela, mas teve também com o grupo para ajudá-la e acaba beneficiando, eles também.

PSC2 - Como é fase I, as atividades já são propostas de maneira que todos possam se exercitar para realizar, às vezes precisamos pegar na mão dele, às vezes é necessário cantar uma música, incentivar, ensinar o nome, focar na primeira letra, se é contagem, até três, observar se se ele consegue avançar, é preciso estar junto, então, é uma maneira mais personalizada e não tanto diferenciada nessa etapa, agora quem sabe uma etapa mais avançada.

PSC3 - Nós temos muitas dificuldades com ela, em atividades que envolva por exemplo escrita, mas pintar ela gosta, então utilizamos as atividades que envolvem pintar, as brincadeiras, e procuramos estar socializando com ela, dessa forma com o que a gente consegue fazer, porque ela tem bastante dificuldade de concentração de parar quieta né, ela fica andando bastante e ela também é agressiva, então são poucas as coisas que a gente consegue aqui realizar com ela [...]

PSC4 - Sim, a gente trabalha bastante jogos, para esse que tem deficiência intelectual, na parte da escrita ele não consegue realizar as atividades, então, eu utilizo jogos de seriação, trabalho também com atividade de rosqueamento, massinha de modelar, seria mais através de jogos, brincadeiras, já esse que é Down, ele consegue realizar atividade escrita, algumas atividades da apostila ele consegue fazer, outras recorta, ele consegue acompanhar dentro do limite dele né, com a ajuda da professora sempre.

A partir dos relatos, foi possível constatar que as professoras realizam atividades e estratégias diferenciadas para seus alunos, a professora PSC1 utiliza a técnica de comunicação aumentativa e alternativa para sua aluna diagnosticada com autismo, técnica que beneficiou a aluna e outras técnicas que ela utiliza, acabam beneficiando toda a turma, de maneira que todos participam da estratégia desenvolvida.

Seneda (2018), afirma que para de fato a inclusão ocorra é necessário uma mudança da perspectiva educacional, entendendo que é a escola que precisa adaptar-se ao aluno, de forma que além de estar inserido no ambiente escolar, possa participar do processo de construção de conhecimento, sendo oferecido acessibilidade a ele, partindo dessa afirmativa, foi possível verificar que a professora oferece recursos e formas de trabalhar para que essa criança participe e construa conhecimento, assim como os outros alunos, que também são oferecidos estratégias para que eles aprendam.

A professora PSC2 entende que, como são crianças pequenas, as práticas que ela desenvolve já são pensadas para que todos aprendam, ela realiza um trabalho mais personalizado com o aluno, um trabalho de acompanhamento e não com atividades diferenciadas, já a professora PSC3 realiza mais atividades que envolvam artes, através de pinturas, para que a aluna participe das atividades, assim como brincadeiras, porém a aluna com TEA, não se sente agrada em interagir com outras crianças.

A partir da proposta da escola, a Educação Infantil é norteada a partir das interações e brincadeira, nesse sentido, o intuito do processo de inclusão escolar

requer que as práticas trabalhadas possibilitem que esse aluno participe das atividades, de maneira que ocorra interação e socialização com as demais crianças, para que ocorra êxito na escolarização deste aluno, faz-se necessário, envolvê-lo durante todas as práticas trabalhadas, a partir deste envolvimento, a criança poderá desenvolver habilidades, participar e interagir com seus pares, incentivando o sentimento de pertencimento, tanto para o aluno, quanto para a turma.

Nesse sentido, Carvalho (2019), afirma que o objetivo da escola é caminhar para um processo de transformação da prática pedagógica, de maneira a garantir a participação ativa dos estudantes com deficiência e respostas educacionais conforme a necessidade de cada um. Uma educação inclusiva necessita atentar-se as necessidades dos professores e as formas de colaborar nesse processo. Para tanto, é fundamental investir na formação de professores, para coletivamente, pensar em alternativas que envolvam a prática docente inclusiva na escola.

A professora PSC4 pauta suas práticas baseadas nos jogos e brincadeiras, para que eles participem e desenvolvam as habilidades necessárias. Dornelles (2001), aborda aspectos importantes em relação a esta temática, uma vez que, os jogos e as brincadeiras possibilitam para as crianças experiências de buscar coerência e lógica nas suas ações, governando a si mesmas e ao outro, neste sentido:

[...] ao brincar, afeto, motricidade, linguagem, percepção, representação, memória e outras funções cognitivas estão profundamente interligados. A brincadeira favorece o equilíbrio afetivo da criança e contribui para o processo de apropriação de signos sociais. Cria condições para uma transformação significativa de consciência infantil, por exigir das crianças formas mais complexas de relacionamento com o mundo (OLIVEIRA, 2011, p. 164).

Assim sendo, é necessário que o tempo para brincar esteja previsto na rotina das práticas de cada turma, ressaltando que a educação infantil pode ser entendida como um espaço em que se assume o brincar e a brincadeira, fundamental para o desenvolvimento do aluno. Ao brincar a criança aprende, interage e constrói conhecimento, daí a importância dos jogos e brincadeiras fazerem-se presentes durante toda a educação infantil. O Projeto Político Pedagógico-PPP da escola tem como eixo norteador as interações e as brincadeiras, desta forma a professora PSC3 e a professora PSC4 visam trabalhar, a partir desta perspectiva para mediar sua prática pedagógica, de maneira a envolver todos os alunos.

Nessa perspectiva, Heredero (2010), discute aspectos que garantem as ações voltadas para a inclusão escolar, é necessário entender que cada aluno aprende de uma forma, com ritmos e tempo diferente uns dos outros, daí a importância de que, a individualidade de cada um, sejam respeitadas, oportunizando assim, que todos aprendam os mesmos conteúdos que estão sendo trabalhados, realizando as adequações necessárias do currículo. O autor traz o conceito de adaptação curricular, como sendo aquela que direciona uma atenção especial à diversidade, oferecendo aos alunos com deficiência respostas no seu processo de escolarização.

Ao trabalhar visando atender a todos, surgem desafios e inseguranças, que nem sempre os professores sentem-se preparados para trabalhar em sala, ao abordarmos as dificuldades que as professoras de sala comum encontram, para trabalhar com o aluno com deficiência em sua sala comum, as respostas pautaram-se em:

PSC1 - Ano passado a principal dificuldade foi na adaptação, pois foi o primeiro ano que as crianças voltaram 100% presencial para escola, então eu acredito que ela estava muito vinculada com a mãe, e como a criança é não verbal, ela tinha essa dificuldade de expressar o que queria, às vezes não conseguíamos entender, então falávamos calma, respira e fala de novo com a professora, só que a gente percebia que ela ficava irritada, então assim esse período de adaptação foi uma fase bem difícil e em relação ao pedagógico, precisava auxiliar e ficar junto com ela, até o nome dela, ela já escreve sem o crachá.

PSC2 – As dificuldades é porque ele é bastante limitado, requer muita ajuda, ele usa fralda, é uma das dificuldades e outra dificuldade é o espaço da sala, ela é muito pequena, cheia de carteira e aluno e ele anda muito pela sala, bate nas mesas e nas crianças, então essa é a maior dificuldade.

PSC3 - Muitas dificuldades, porque ela tem dias, que ela não aceita toque, não aceita ficar sentada, ela faz rabiscos [...] e mesmo nas brincadeiras tem dia que ela não quer participar das atividades trabalhadas, como tem dias que conseguimos fazer com que ela participe e com que ela brinque.

PSC4 - Seria atividades, desafios que encontraria com qualquer outra criança porque cada criança é um ser único, ele tem sua maneira de aprender, independentemente de ser uma criança especial ou não a gente tem que estar buscando subsídio para estar trabalhando com essas crianças. Eu acredito que seriam os mesmos desafios com crianças normais né, porque assim a gente tem que estar sempre buscando algo novo, confeccionando material para qualquer criança, porque se a gente usa uma metodologia que não consegue atingir aquela criança, nós como professores utilizamos outras, confeccionando o material para que a criança possa aprender. Então objetivo maior é aprendizagem, então eu acredito que são desafios normais que a gente enfrentaria com qualquer outra criança não vejo isso como uma barreira, qualquer criança tem sua forma de aprender que precisa do nosso auxílio, da nossa metodologia, ele para que ele compreenda para desenvolver a aprendizagem.

A partir dos trechos acima, é possível constatar na fala da professora PSC2, que umas das principais dificuldades encontradas é o fato da criança gostar de se movimentar na sala de aula e a sala ser um espaço físico pequeno, ela acaba se batendo nas mesas e nas crianças. A sala de aula é composta por vinte e cinco crianças e possui mesas e cadeiras individuais para cada crianças, o que acaba diminuindo o espaço da sala. A sala ainda conta com uma pia de mármore, que ocupa um grande espaço dentro da sala, porém no PPP (2023) da escola afirma que os espaços e mobiliários da escola favorecem o desenvolvimento das experiências das crianças e assim como prevê a normativa de atribuição de aula do município, o atendimento de crianças de pré-escola, fase I e fase II asseguram a presença de vinte e cinco crianças matriculadas em sala.

Para a professora PSC1 a maior dificuldade encontrada foi baseada no período de adaptação e no comportamento da criança, já a professora PSC3 relatou a dificuldade na forma de trabalhar com essa criança, uma vez que a concentração da criança envolve poucos minutos, o que dificulta a realização das atividades propostas para a mesma. A professora PSC4 afirma que a dificuldade encontrada é a mesma que qualquer outro aluno e que assim como os outros, é necessário encontrar meios para que as crianças, aprendam e se desenvolvam.

De acordo com Noronha e Pinto (2014), a educação inclusiva oportuniza a participação de todos os alunos do ensino comum, ela é permeada por uma reestruturação das práticas pedagógicas, das ações realizadas na escola e da infraestrutura, de forma a atender as diversidades dos alunos, cujo objetivo é a inserção na sociedade e o desenvolvimento pessoal de todos, sem exceção.

Complementando a discussão, indagamos as participantes se elas se sentem preparadas para receber os alunos PAEE em suas salas e as respostas foram:

PSC1 [...] às vezes, se você não procura essa formação ou se a formação não é ofertada pela escola, você vai ficar para trás e aí você não consegue fazer também esse processo de inclusão com a criança aqui na sala por exemplo. Ao que é comunicação alternativa aumentativa? Eu utilizei essa técnica pois conheci através de uma formação continuada, de um seminário de educação inclusiva, mas se a professora não conhecer ela não vai utilizar ou, às vezes ela vai utilizar alguma ferramenta aí faz isso aqui, ela vai lá e não vai dar certo na sala dela, ela vai ficar frustrada, agora se ela tiver uma formação continuada ela souber empregar aquela ferramenta pode até ser que o resultado esperado não alcance o objetivo principal que ela pensou

inicialmente, mas ela vai fazer uma avaliação do que aconteceu ali, mas ela vai ter conhecimento[...].

PSC2 - Eu até me sinto preparada [...], mas tem certa dificuldade que não é esse caso, mas de colegas que eu observo que se eu tivesse aquele determinado aluno de sala eu teria muita dificuldade e concordo que, certos problemas teriam que também levar adiante, até quem sabe uma APAE.

PSC3 - Um pouco, primeiro pela experiência, são muitos anos, então vamos aprendendo, lendo sobre aqueles alunos, entendendo também lá com o laudo dele e que diz e até da sala especial, no caso dessa minha aluna que já veio de uma outra escola, embora que tudo que foi escrito eu acho que, embora mostre bastante coisas sobre ela, não mostra os pontos positivos e tem coisa que a gente viu que ela tem avançado, felizmente né, então não me sinto preparada porque eu não fiz uma especialização ou um preparo maior na graduação, mas ao mesmo tempo um pouco preparada, porque a gente tem experiência, lê se informa né, então por isso é um pouco preparado.

PSC4 - Em partes sim, em partes eu acredito que eu ainda tenho muito que aprender né, a gente tá sempre fazendo cursos, buscando inovar nossa prática, a gente nunca tá preparada 100%, mas precisamos buscar conhecimento, se recebemos uma criança com deficiência e você não tem tanto preparo o ideal é fazer um curso, buscar aprender para ensinar, nunca paramos de aprender.

A professora PSC2 atua na educação há 26 anos, possui pós-graduação, porém não possui uma especialização na área de Educação Especial, iniciou uma especialização, porém desistiu, esta professora relata que esse ano ela até sente que está preparada para trabalhar com seu aluno que possui Síndrome de Down, contudo relata que se tivesse alunos com uma deficiência grave, sentiria mais dificuldade e a solução seria frequentar uma escola de atendimento especializado, que no caso no município de Sinop é a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

A PNEE (2000), estabelece que a educação especial seja oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, ela defende que todos os alunos tenham acesso e sucesso na escolarização. Oliveira complementa (2011, p. 252), “a educação especial não pode mais ser olhada como um sistema paralelo a educação geral”, uma vez que, todos possuem o direito ao acesso ao ensino regular e que sejam oferecidos recursos pedagógicos e serviços de apoio que atendam demandas de cada realidade.

Desta forma, é direito que o aluno esteja inserido em sala de aula comum com uma educação de qualidade para os mesmos. A PNEE, instituída pelo Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, no artigo 1º discorre sobre o atendimento educacional especializado, propõe a participação ativa de todos na escola comum, além de garantir a inclusão dos alunos com deficiência, ainda prevê que seja ofertado escola especializada para atendimento dos mesmos.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações, com vistas a garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, inserir alunos com as mais variadas deficiências, graves ou não, no ensino comum, nada mais é do que assegurar o direito de todos à educação, cabendo à escola, garantir o processo de inclusão do aluno, seja em aspectos de acessibilidade, imobiliária, estrutura física, seja em questões sociais e comunicacionais.

A professora P.E possui 19 anos de experiência em sala de aula, há dois anos está atuando na sala de AEE, ao questioná-la se a mesma considera importante o atendimento de alunos da educação especial na sala comum, ela respondeu:

P.E - Com toda certeza, é fundamental para que ele consiga se sentir na turma, se sentir envolvido e fazendo parte com os demais alunos e desenvolver então a aprendizagem dele.

Diferente da PSC2, a professora da sala do AEE considera importante a inserção dos alunos na sala comum, garantindo que ele se sinta incluído e pertencente à turma, além de possibilitar que eles desenvolvam habilidade necessárias à aprendizagem do mesmo.

A professora PSC1 está na educação há 15 anos, possui três especializações, uma delas é voltada para a área da educação especial, atualmente, está cursando o Mestrado de Educação Inclusiva. Através da sua fala, é possível enfatizar a importância de buscar conhecimento a respeito desta temática, para poder atender seus alunos, além da especialização, a professora está cursando um mestrado nessa área e participa de diversas palestras que auxiliam a adquirir saberes necessário para o desenvolvimento de sua prática trabalhada em sala, a participante cita a importância de uma formação continuada para todos os profissionais. De acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), pode-se dizer que uma formação continuada aliada ao trabalho colaborativo, além de proporcionar trocas de conhecimentos e experiências também, contribui para o êxito na escolarização dos alunos com deficiência.

A professora PSC3 possui 25 anos de experiência em sala de aula, tem uma pós-graduação na área de educação infantil, não possui especialização na área de educação especial, porém, realiza sempre que possível, cursos de formação continuada, a mesma diz sentir-se preparada em partes, devido a experiência de atender muitas crianças ao longo dos anos da sua carreira, por outro lado certifica-se de que não sente-se preparada por não ter uma especialização, cursos na área de educação especial, o que lhe auxiliaria para trabalhar com essas crianças. Já a professora PSC4 está com 22 anos na educação, possui uma especialização, porém não é voltada para a educação especial, contudo a professora acredita que estamos sempre aprendendo e o professor necessita estar buscando conhecimentos, ela costuma realizar cursos oferecidos pela secretaria de educação do município, como formação continuada.

Para Santos e Falcão (2020), é fundamental investir na formação continuada de professores para se pensar em alternativas de práticas docentes inclusivas na escola, uma vez que Mantoan (2015, p. 25), pontua “depois de tantos anos de implementação da inclusão nas escolas brasileiras, persiste em professores do ensino regular a ideia de que não estão preparados para ensinar a todos os alunos [...]” uma forma de romper com as barreiras da insegurança de atender a todos é buscar novos saberes, através de uma formação continuada.

A escola impacta, transforma, nesse sentido, ela possui um papel fundamental durante a inserção desse aluno na sala comum, uma vez que, ela visa incluir seus alunos nas salas, de maneira que não seja apenas inserir uma cadeira na sala de aula, como também não é apenas o acesso ao conhecimento, ao incluir, a escola estará possibilitando que esse aluno aprenda, interaja com os outros alunos, o brincar junto com o outro, observar como o outro é na sua limitação, o respeito, o tempo e ao mesmo também, incluir também significa os outros alunos aprenderem a conviver e a respeitar esse aluno, assim como os demais alunos da sala.

4.4 Práticas Colaborativas na escola

O crescimento do processo de inclusão de alunos com deficiência mostra-se cada vez mais acentuada, conseqüentemente, com ela surge a preocupação com as

estruturas envolvidas nesse processo, como estrutura física para lidar com as necessidades e práticas pedagógicas voltadas para a diversidade. Um país onde a educação é tida como um direito constitucional, são necessários avanços nas políticas públicas para enfrentar as demandas sociais e intelectuais da sociedade, porém para que ocorra avanços é necessário que haja um fortalecimento das práticas de ensino.

Discutir sobre práticas colaborativas, nos remete compreender o conceito de prática pedagógica, para Veiga (2008, p. 16), é “[...] uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social.” Ela pressupõe uma relação de teoria e prática, exigindo dedicação e tempo do professor para que o mesmo construa ou reconstrua sua prática pedagógica, necessitando assim de uma atitude reflexiva em relação a sua prática, podendo ele desenvolver uma prática pedagógica transformadora, rica em estratégias diferenciadas e possibilidades de ações criadoras, que sejam significativas para seus alunos, como também pode desenvolver uma prática sobre memorização e imitação dos atos.

Segundo Gadotti (2000), a prática pedagógica do professor influencia diretamente no desenvolvimento intelectual do aluno, uma vez que o professor é o mediador da aprendizagem, é ele quem fornece elementos para que seus alunos possam lidar e resolver os problemas do dia a dia. Ela não é neutra, é permeada pelas experiências e vivências, daí a importância de se pensar em um planejamento flexível que parta do interesse das crianças. Para Xavier (2003), o planejamento precisa ser construído e desenvolvido, a partir de temáticas que tenham significado para as crianças e sejam fonte de desejo pelo conhecimento.

A prática pedagógica inicia desde o momento do planejamento a realização da proposta a ser desenvolvida, momentos que levarão a situações de aprendizagem, daí a importância do professor ampliar e modificar as propostas, de acordo com a necessidade dos alunos. Tardif (2008), afirma que um dos objetivos do professor é criar condições que possibilitem a aprendizagem dos alunos, desta forma há de pensar e repensar sobre sua prática pedagógica, de maneira que seus alunos possam compreendê-la e contribua para seu desenvolvimento.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), a criança aparece como eixo central, como sujeito de direitos e através das interações e relações com o outro ela vivencia diversas experiências, constrói a sua identidade, brinca, imagina, observa, questiona e constrói conhecimento.

De acordo com Guimarães, Proscêncio e Bianchini (2021) é importante que os professores realizem adequações de maneira que seja possível criar condições para que os alunos se desenvolvam, desta forma, o professor poderá buscar e criar estratégias diferenciadas para desenvolver o mesmo conteúdo, voltando-se o olhar no sentido de auxiliar e ajudar o aluno superar as dificuldades, respeitando o tempo e o ritmo de cada criança.

A prática do professor tem sustentação em vários documentos, entre eles o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O PPP de uma escola é o documento norteador, documento este que rege a escola, é a própria identidade da escola, motivo pelo qual, cada unidade escolar elabora o seu próprio documento, que serve de base para todos os profissionais que atuam nessa unidade de ensino, seja ela escola pública ou particular, uma vez que ele rege todos os princípios da escola. Eça e Coelho (2021), afirmam que ele é uma construção coletiva, sendo uma decisão política, devendo envolver não apenas os profissionais do ambiente escolar, como também os pais e a comunidade, envolvendo movimentos de construção e reconstrução do mesmo, através do PPP, a escola pode definir princípios que nortearão sua prática, entre eles, aspectos como a inclusão e diversidade.

De acordo com o PPP (2023) da escola participante, ressalta a proposta Pedagógica da Educação Infantil em toda a sua dimensão, visando promover um trabalho pedagógico dinâmico e inovador. A escola possui como eixo norteador, as interações e as brincadeiras e a forma de trabalhar é através de projetos que sejam do interesse das crianças, buscando o desenvolvimento integral dos mesmos. Segundo Hernández e Ventura (1998), a função do projeto é favorecer a organização do conhecimento próprio, de maneira a envolver diversas disciplinas em um mesmo projeto, sendo um projeto interdisciplinar.

A proposta pedagógica através dos projetos, pode auxiliar o professor a dar voz as crianças, partindo de suas curiosidades e interesses, construindo coletivamente o projeto, envolvendo também, as famílias, sempre que possível, assim como aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), a prática da pedagogia de projetos é uma das inúmeras maneiras de organizar as ações educativas dentro da escola. Barbosa (2012), contribui ao afirmar que o trabalho a partir de projetos com crianças pequenas envolvem diversos conhecimentos, uma vez que é possível conhecer, explorar, coletar informações, realizar, comunicar e avaliar, sendo uma estratégia rica para ser trabalhada com as crianças.

Ao discutir as práticas pedagógicas, nesse estudo, voltamos nosso olhar para as práticas colaborativas que são desenvolvidas na escola participante, práticas estas que envolvem a colaboração da professora de sala comum e a professora especialista, durante as atividades trabalhadas no ambiente escolar, envolvendo a parceria de ambas professoras.

O trabalho colaborativo em prol da prática pedagógica, proporciona benefícios para todos, e nos tempos atuais é extremamente necessária essa colaboração, uma vez que, possibilita um senso de trabalho em parceria e as trocas de experiências entre os participantes, é necessário que as práticas colaborativas se façam presentes no ambiente escolar. Silva (2022), afirma que, atualmente, a educação especial configura-se como um sistema colaborativo que envolve recursos e apoios, com o intuito de garantir um suporte e romper com as barreiras da aprendizagem dos alunos com deficiência matriculados na sala comum de ensino.

Capellini e Zerbato (2019), o trabalho em colaboração é uma das opções mais promissoras para apoiar a escolarização dos alunos com deficiência, em sala de aula comum, vem sendo considerada favorável no processo de escolarização e inclusão escolar. De acordo com as autoras, a maneira como a proposta do trabalho colaborativo será implantada e desenvolvida, dependerá da realidade de cada escola. Nesse sentido, o município de Sinop implantou uma normativa para aproximar os professores e incentivar o trabalho colaborativo dentro do espaço escolar.

Rabelo (2012), complementa que através do trabalho colaborativo, é possível construir uma experiência de ensino compartilhada dentro do próprio ambiente escolar, nesse sentido, o professor de AEE e o professor da sala comum, dialogam e trabalham em parceria na busca do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, acabando com o estigma de trabalhar individualmente, superando os novos desafios da inclusão e garantindo acesso a uma educação de qualidade.

Para Machado (2019), um ensino com as características relacionadas a colaboração entre os professores, está diretamente relacionada à educação e seus princípios, uma vez que, a colaboração em equipe orienta a prática educacional. Marin e Braun (2013), evidenciam que a prática do trabalho colaborativo, surge como uma alternativa significativa para o acesso universal ao currículo, onde o professor especialista, professor da sala comum e a equipe gestora, articulem juntos os caminhos para a aprendizagem dos alunos.

Ao questionarmos as professoras sobre quais as dificuldades encontradas para trabalhar de forma colaborativa, as falas foram essas:

PSC1- Eu acredito que uma dificuldade que nós poderíamos pontuar seria o fato de ter apenas uma professora na sala do AEE, vejo assim como uma sobrecarga [...] eu acho que deveria ter mais que uma professora.

PSC2- Eu ainda não consegui elencar dificuldade.

PSC3 - É esse tempo mesmo que nós não temos juntas, o tempo da professora bem limitado para atender essa aluna, para estar aqui comigo na sala, e fora desse ambiente de sala de aula, temos pouco tempo para estar conversando sobre esses assuntos, quando eu tenho tempo ela não tem, nossos horários não são os mesmos.

PSC4 – [...] O tempo é curto, poderia acontecer mais vezes, porém, ela teria que se organizar com a disponibilidade do tempo.

P.E - As dificuldades relacionam-se ao tempo, que tem que ser o tempo da professora da sala e da professora da sala especializada, e a dificuldade também é que, às vezes precisamos planejar aquele dia e o aluno não vem, aí temos que procurar um outro dia para poder planejar e desenvolver esse planejamento junto com o professor de sala.

Ao questionar sobre a dificuldade encontrada para realizar este trabalho colaborativo, as professoras sinalizaram a questão do tempo, dos horários não serem os mesmos, acabando por dificultar o diálogo para troca de informações e sugestões de trabalho, outro apontamento foi da sobrecarga de trabalho.

Neste sentido Capelline e Zerbato (2019), afirmam que para que ocorra o trabalho colaborativo na escola, é preciso de tempo para discutir ideias e planejar, flexibilidade na forma de ensinar e organizar a sala, comunicação constante entre os professores, visando ações que visem a participação e aprendizagem de todos, uma vez que, o respeito às diferenças começa desde pequenos na educação infantil, o trabalho colaborativo é uma estratégia para avanços na consolidação de uma proposta inclusiva, contudo, requer planejamento, encontros e troca de ideias.

No intuito de conhecer mais a respeito das práticas colaborativas, foram realizados dois questionamentos a respeito deste assunto, sendo eles: Quais práticas de colaboração você utiliza na escola?

PSC1 – O AEE sempre existiu, mas nós não tínhamos essa prática, atualmente nós estamos realizando esse trabalho em colaboração, a professora conversa com as crianças, traz o conhecimento dela, acrescenta o que nós já estávamos conversando aqui com as crianças. Já fomos conhecer a sala do AEE, eles foram lá para conhecer, ela contou uma história, fez brincadeiras, eles brincaram com os brinquedos da sala, porque

normalmente na rotina aqui da escola eles não vão lá na sala do AEE, somente a criança que tem laudo. Então eles não conheciam aquele ambiente e foi bem interessante essa prática.

PSC2 - O que fazemos é conversar constantemente, comentamos sobre o aluno, sobre como ele está e como está sendo seu desenvolvimento.

PSC3 - Com a professora do AEE, com coordenadora, relatando alguns fatores que tem acontecido na sala, eu acho que todo mundo no fim contribui um pouco, porque a aluna sai bastante da sala, desta forma, todos colaboram, até mesmo os pais. É um trabalho que deu certo e eu tenho visto todos no ambiente escolar

PSC4 – A prática de colaboração com a professora do AEE.

P.E - Fazemos as atividades junto com a professora, utilizamos os conteúdos que os professores já estão usando na sala, e muitas vezes, planejamos algumas práticas que são diferenciadas, mas é dentro da realidade do aluno como jogos, brincadeira, atividades que desenvolvem ele.

As práticas de colaboração que todas as participantes citaram foi a de colaboração com a professor do AEE, a professora PSC3 complementou afirmando que todos os profissionais da escola precisam estar envolvidos e segundo ela, essa prática acontece nesse ambiente escolar.

Capelline; Zerbato (2019), dialogam a respeito de um trabalho a partir da colaboração, de maneira que todos os profissionais da escola colaboram com esse processo, uma vez que o trabalho colaborativo visa alcançar o bem comum de todos, incidindo sobre a criança.

Desta forma, a partir da fala das professoras, há a prática colaborativa desenvolvida entre a professora da sala do AEE e as professora da sala comum, prática está que começou ser desenvolvida no ano de 2022 na escola, a partir da Normativa nº 002/2022, há também uma prática colaborativa citado por uma participante, a prática que envolve a colaboração de todos os funcionários da escola, desde a gestão aos colaboradores do apoio, uma vez que, a professora compreende a importância de todos contribuírem no processo de cooperar visando o bem estar do aluno, a escola inclusiva, visa a colaboração de todos os envolvidos dentro do ambiente escolar.

Já nas práticas a serem trabalhadas, é necessário que o diálogo se faça presente entre ambos os professores. Capellini e Felipe (2014), abordam o ensino inclusivo e o ensino especial como sendo constituídos a partir da participação dos pais, professores e todos que estão envolvidos com o processo educativo. Para as autoras, torna-se imprescindível a participação de todos no processo educacional,

uma vez que no âmbito escolar, diferentes formas de apoio podem ser constituídas, abrangendo os alunos com e sem deficiência, professores da sala comum e professores especialistas, gestores e a própria comunidade escolar, por meio de um trabalho em colaboração, fomentando o processo de inclusão escolar. Para Correia (2003) uma cultura de colaboração não deve limitar-se apenas aos professores, mas sim abranger outros profissionais como psicólogos, médicos entre outros, daí a importância de envolver todos nesse processo, assim como a professora PSC3, relata em sua fala.

A professora da sala de AEE, afirma que busca trabalhar com práticas em consonância com os conteúdos que estão sendo desenvolvidos em sala com o professor e a partir delas, também elabora práticas que serão desenvolvidas por ela com os alunos, desta forma Haas, Baptista (2014), compreendem que a educação não possibilita isolar elementos constituintes como os conteúdos, recursos e estratégias dos processos de aprendizagem, desse modo o AEE existe a partir do currículo escolar, logo suas práticas necessitam estar voltadas para o que está sendo trabalhado na sala comum.

Mari, Braun (2013), abordam os papéis dos professores, uma vez que o trabalho colaborativo visa garantir uma articulação de saberes de ambos os profissionais, desta maneira, o professor regente traz os saberes da disciplina e o conteúdo, e o professor especialista contribui com a proposta de adequação curricular, de acordo com as possibilidades do aluno, elaborando recursos e estratégias para que o mesmo aprenda. As autoras Capellini e Zerbato (2019), consideram como aspecto importante para que seja desenvolvido um trabalho colaborativo na escola, a conscientização da comunidade escolar sobre a importância de construção de práticas colaborativas no processo de ensino e aprendizagem.

Diante deste contexto, indagamos as professoras sobre quais os benefícios de uma prática colaborativa na escola, os relatos, foram:

PSC1 - [...] no primeiro momento eu achei estranho ter outra professora na sala, parece que o seu espaço está sendo invadido, mas depois que nós começamos a realizar esse trabalho percebi que não é isso, e às vezes precisamos nos desarmar dessas pré-ideias [...] Eu não tive problema nenhum relacionado com isso, como se ela estivesse ocupando meu lugar ou invadindo meu espaço. Sempre usamos um diálogo e conversamos, pelo menos aqui para mim eu vi que deu certo. Então, enquanto profissional, foi uma quebra de uma ideia pré-existente que eu tinha, que achava que não iria dar certo, sendo uma oportunidade que eu tive de ver o outro lado e ver que dá certo, que inclusive pode até ser melhorado.

PSC2 - Eu acho que o apoio para nós, psicologicamente, e, principalmente, para o aluno, acho que favorece um desenvolvimento para ele e para nós.

PSC3- Tudo que é trabalhado e pensado em conjunto, ajuda, a professora de AEE que tem experiência, a coordenadora que as vezes tem uma formação diferente da que eu tive, o mesmo pai que tem uma informação dela do histórico dela, do histórico familiar, do diagnóstico né, dela da conversa dela com o neurologista, com os médicos com fonoaudiólogo. Esse trabalho colaborativo é muito importante, precisávamos ter um tempo para esse trabalho mesmo, um tempo com os pais, com a coordenadora, um tempo com a professora de AEE né, e eu sei que falta tempo para todo mundo e, às vezes falta disponibilidade também, mas é importante dispor deste tempo para esse trabalho.

PSC4- Os benefícios seriam trabalhar a autoestima da criança, trabalhar o desenvolvimento do senso do pertencimento, eu pertenço a esse essa escola, eu sou aceito, eu estou aqui e não estou aqui por estar aqui, estou sendo incluído nesse ensino aprendizagem, está sendo respeitada na minha alimentação, as minhas condições físicas, penso que ele vem contribuir com tudo isso e também com os professores da sala regular, porque quem tá inserido no AEE já tem também uma especialização dentro da área de educação especial, tem uma compreensão melhor.

De acordo com Nélisse (1997), a prática educativa pode ser definida como um “fazer ordenado”, que introduz um método na ação humana, sendo ela uma ação eficaz que exige um momento de planejamento, interação, avaliação e de uma reflexão sobre o andamento das ações, daí a importância de ser pensada colaborativamente, de maneira que nem o professor especialista nem o professor de sala comum trabalhem sozinhos, ambos podem pensá-la e desenvolvê-la a partir de uma ação conjunta entre ambos.

Neste sentido, abordamos o questionamento em relação às práticas colaborativas que ocorrem nesse ambiente escolar. Neste aspecto, a professora PSC2 relata uma questão como primordial, o apoio, o diálogo e troca de informações sobre o aluno que recebeu da professora especialista, destacando a importância que teve para ela, já a professora PSC1 destaca a importância de um trabalho em parceria com a outra professora e o fato de quebrar paradigmas de achar que outro professor ocupará seu lugar, daí a importância de conhecer sobre a proposta e aceitá-la para que seja realizado na escola.

Capellini e Zerbato (2019), afirmam que é natural que ocorram as resistências por parte dos professores, diante disso, destaca-se a importância de entender o que é um trabalho coletivo dentro do ambiente escolar, ambiente em que é necessário que todos trabalhem na perspectiva de um mesmo objetivo, de maneira a sustentar e garantir a educação do PAEE. Wood (1998), afirma que a proposta do trabalho

colaborativo implica em uma redefinição do papel dos professores de educação especial, uma vez que, este professor não atenderá o aluno apenas em sua sala, retirando-o da sala comum, pois este professor dará o apoio ao professor dentro da sala comum, participando durante todo o processo, não apenas no planejamento e sim na realização das práticas trabalhadas em sala.

Daí a importância de toda a comunidade escolar conhecer bem a proposta e aceitar realizar um trabalho em parceria com o professor especialista, extinguindo a ideia de que alguém tomará seu lugar e sim a compreensão de que o professor terá uma parceria com outro projeto, para que ambos possam dialogar, trocar informações, desenvolver práticas juntos no intuito de colaborar com a inclusão escolar dos seus alunos. Zebarto (2014), complementa afirmando que a troca e a soma entre esses professores, é uma proposta favorável para que ocorra o processo de inclusão dos alunos do PAEE bem como garantir o desenvolvimento das habilidades dos mesmos, uma vez que a presença de dois professores na sala, em busca de um bem comum, acabará por beneficiar toda a turma e não apenas o aluno com deficiência.

A professora PSC3 cita a importância da presença de todos os profissionais da escola trabalhando em conjunto, dando enfoque a gestão da escola, assim como os demais profissionais e a própria família da criança. Sage (1999), afirma que os gestores da escola, podem colaborar com esse trabalho, uma vez que, eles são também responsáveis para que ocorra a inclusão na escola, oportunizando espaços, trocas de experiências, favorecendo a consolidação de todos.

Uma escola inclusiva trabalha na perspectiva de romper barreiras, nesse sentido, a professora PSC3 compreende que no trabalho colaborativo é realizado no coletivo da escola, não apenas entre os professores, uma vez que todos são imprescindíveis dentro do ambiente escolar, tanto os colaboradores de apoio, como a gestão escolar, possuem suas contribuições dentro da escola e os profissionais visam trabalhar na perspectiva de atender a todos os alunos, desde a sua chegada na escola, até o momento que sai do ambiente escolar, todos os profissionais colaboram nesse processo.

Machado (2019), corrobora, para que haja uma cultura colaborativa, deve-se ter um compromisso entre todos os profissionais da escola, uma vez que é uma proposta que envolve flexibilidade, garantia de acesso de qualidade de ensino e compartilhamento de informações e conhecimento.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), dialogam em seus estudos, que a inclusão escolar envolve a todos, e ela não deve acontecer sozinha, uma vez que, os professores não devem trabalhar isoladamente e sim, realizando parcerias, cujos objetivos sejam mútuos para todos. Nessa tentativa de alcançar os objetivos, em relação as práticas inclusivas, começaram os estudos a respeito da bidocência/coensino, ensino colaborativo, cooperação e colaboração, todos envolvendo trabalho em equipe na busca de estabelecer estratégias de uma inclusão escolar.

Uma mudança no padrão de uma escola que padroniza e marginaliza, para uma escola que atenda a todos sem distinção, requer uma transformação, uma vez que a escola inclusiva necessita desenvolver práticas pedagógicas que atendam os mais variados perfis de alunos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial volta suas ações de acordo com as necessidades dos alunos, orientando no âmbito escolar para que haja redes de apoio na escola, recursos, formação continuada e desenvolvimento de práticas colaborativas. Compreendendo-se assim, a importância de unir parcerias e trabalhar a partir de práticas colaborativas na escola.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 2020, prevê que os professores busquem em sua prática pedagógica um atendimento acolhedor, e dispõe de um roteiro das competências que os professores precisam para desenvolver seu trabalho em sala, entre elas, destacamos: exercitar a cooperação, a empatia, resolver conflitos, estimular o diálogo, promover o respeito, valorizar a diversidade, para que assim, seja possível promover um ambiente colaborativo no ambiente escolar. As práticas colaborativas desenvolvidas na escola participante da pesquisa, são uma resposta à necessidade da inclusão escolar, buscando uma aproximação entre ambos os professores, com uma proposta de colaboração entre ambos profissionais.

A escola como um ambiente de construção de conhecimento, também é vista como um espaço que transforma, a partir das interações com o outro, o respeito, as brincadeiras em conjunto, uma vez que ela é constitutiva de uma percepção de mundo, que extrapola esse tempo na educação infantil e o trabalho colaborativo, vem para processar essa mudança.

Vilaronga e Mendes (2014), apontam que ainda há, questões para serem ajustadas nas práticas colaborativas, como é o caso do planejamento dos professores

que atuam na mesma sala de aula, uma vez que é necessário garantir um tempo para planejar em conjunto dentro da carga horária dos professores, pois as autoras afirmam que os professores acabam se organizando fora da hora atividade deles, na própria sala de aula, no horário de almoço, em suas residências e até mesmo nos corredores, como os professores passam muito tempo no espaço escolar, muitas vezes passa despercebida a ausência de tempo para o planejamento em conjunto. Outro aspecto que as autoras destacam, refere-se ao currículo:

As adaptações curriculares; a distribuição de tarefas e responsabilidades; as formas de avaliação; as experiências em sala de aula; aos procedimentos para organização da sala; ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos (Vilaronga; Mendes, 2014, p. 141)

As adaptações curriculares estão previstas na própria LDB, Brasil (1998), e precisam ser voltadas para o aluno com deficiência para que ele tenha acesso ao processo de ensino e aprendizagem no ensino comum.

Corroborando com o sentido de que a escola busca encontrar caminhos pedagógicos para a inclusão escolar, é imprescindível que os professores estejam dispostos a estabelecer um diálogo e colaboração no ambiente escolar, pois:

[...] existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na cooperação, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos (MANTOAN, 2015, p. 66).

De acordo com Prieto (2002), para que ocorra a inclusão é necessário superar desafios, bem como, é importante que haja uma adaptação curricular com o intuito de promover uma mudança social e educacional, para que assim as práticas individuais sejam abandonadas dando espaço às ações coletivas. A proposta da colaboração no contexto escolar vem sendo fortalecida, de acordo com Lima (2002), ela apresenta-se como um modo favorável de promover o desenvolvimento dos profissionais ao longo da carreira, proporcionar uma aprendizagem de qualidade para os alunos e transformar a escola em uma verdadeira comunidade de aprendizagem.

A Escola inclusiva além de propiciar que o aluno desenvolva as potencialidades necessárias, ela também possui um papel importante na interação e socialização dessa criança, como estamos abordando o tema educação infantil, o principal eixo são as interações e as brincadeiras, nesse sentido, a partir das interações com o outro

o aluno compreende que faz parte desse ambiente, assim como os próprios colegas que estão aprendendo socializar e interagir uns com os outros, respeitando as diferenças, desde a primeira etapa da educação.

Boavida e Ponte (2002), complementam que a colaboração entre os profissionais envolve uma negociação, decisões tomadas em conjunto, uma comunicação efetiva e focada no diálogo entre os pares, pressupondo uma ajuda mútua, visando promover o crescimento de todos.

A partir da Normativa nº002/2022 do Município de Sinop, o trabalho colaborativo entre os professores envolve diversas práticas colaborativas, desde a discussão e diálogo sobre os alunos, estratégias para serem trabalhadas em sala, relatório para ser enviado ao profissional da saúde e práticas desenvolvidas em conjunto por ambos professores nos mais variados espaços da escola.

Há também outra prática colaborativa desenvolvida na escola, que envolve outros profissionais, que perpassam a relação de professora de sala de AEE e sala comum, estendendo a colaboração entre outros profissionais da escola, a merendeira ao servir a criança, o pessoal do apoio ao cuidar da higiene da escola, principalmente daquele aluno que precisa do atendimento e a higienização necessária dos espaços escolares, da gestão, de maneira que pense junto estratégias, traga a família para participar dessa colaboração em prol de auxiliar os alunos na sala, compreendendo assim, que todos possuem um papel importante de colaboração para uma escola inclusiva.

O trabalho pautado na colaboração é um caminho favorável a ser percorrido, porém envolverá todos os profissionais e não apenas o professor que está em sala de aula, nesse sentido, as práticas colaborativas, extrapolam as horas destinadas ao trabalho colaborativo dentro da escola, uma vez que envolve também outros profissionais nos mais variados ambientes, sejam eles internos, como externos.

5 O Trabalho Colaborativo na Escola: as observações da prática pedagógica com as crianças

O trabalho colaborativo começou a ser desenvolvido no ano de 2022, a partir da Normativa nº 002/SMEEC/2022, que estabelece a distinção de duas horas semanais da carga horária do professor especialista, para realizar um trabalho colaborativo na escola. Na escola participante da pesquisa, atualmente, a professora de AEE conta com oito alunos com deficiência em seis turmas da escola, contudo, foram pesquisadas quatro turmas, sendo cinco casos de alunos matriculados nessas salas, cujo critério estabelecido foi ser aluno de fase, por ser obrigatório estar matriculado na escola e ser turma no período matutino.

A proposta do trabalho colaborativo está sendo bem aceita entre os professores, ao consultá-los sobre a participação nesta pesquisa, todos os professores aceitaram de imediato a contribuir com a mesma, sendo este um dos aspectos que Lerh (1999), aponta como fundamental em uma proposta de trabalho colaborativo. Contudo, houve professor que não havia compreendido a proposta do trabalho colaborativo, esteve disposta para receber a professora especialista em sala, porém sem compreender de fato o que a professora estava desenvolvendo, quando permanecia em sua sala auxiliando e observando.

Diante disso Zebarto (2018), afirma que as mudanças na forma de trabalhar não é uma tarefa fácil de realizar e o professor de sala comum não deve realizar essa mudança sozinho, uma vez que, ele precisa de todo o apoio de outros profissionais especializados, de recursos para trabalhar e de uma formação para que ele consiga desenvolver um bom trabalho, ainda segundo a autora, a inclusão escolar não deve acontecer apenas na sala de aula. Esta formação é de suma importância, para compreender e realizar um trabalho que envolva a colaboração de ambos os professores no ambiente escolar, no intuito de apoiá-los no processo de ensino e aprendizagem e assegurar que o aluno com deficiência participe e esteja incluso durante todas as práticas trabalhadas em sala.

Segundo Capelline, Zerbato (2019), partindo do pressuposto que a escola tem um aluno com deficiência em sala, a mesma precisa moldar-se para atender as necessidades dos seus alunos e não vice-versa, nesse sentido as autoras afirmam

ser possível implementar ações da proposta do ensino colaborativo, que envolvam o professor especialista e o professor da sala comum, dentro da própria sala de aula regular. Desse modo, o trabalho colaborativo foi implantado e está sendo desenvolvido na escola, seu desenvolvimento está ocorrendo da seguinte maneira: a professora da sala do AEE combina dias e horários com a professora da sala comum, para acompanhar o aluno na sala regular, discute o que será trabalhado no dia, registra em seu planejamento e auxilia a professora nos dias destinados a colaboração.

Ela acontece em sala de aula, horário de parque, horário de lanche, sala dos professores e nos corredores, uma vez que, o trabalho colaborativo não acontece apenas na presença do aluno com deficiência, e sim em momentos de diálogo entre as professoras e até elaboração de relatório em conjunto, o mesmo não acontece com frequência, mas sim diante de alguma situação que requer um diagnóstico preciso sobre o aluno.

De acordo com a Normativa da Atribuição de Aula do município, a proposta é que ocorra uma aproximação entre os professores, no formato de colaboração entre ambos, podendo ocorrer em sala de aula ou outros ambientes, junto com o professor, observações nesses espaços bem como auxiliar o professor nesses momentos, podendo ocorrer também durante a elaboração de planejamentos e relatórios, visando promover momentos de trocas e diálogos entre os professores.

Uma prática que a professora da sala do AEE promoveu durante as aulas, proporcionou que as crianças conhecessem a sala do AEE, desta forma, todos tiveram a oportunidade de conhecer e compreender o que é a sala de AEE na escola, bem como os materiais e recursos que ela possui. Nesta experiência, que a professora desenvolveu com as seis turmas que ela possui, deste trabalho, acompanhei as quatro turmas que ela levou em sua sala.

Em cada turma que entrou na sala do AEE, a professora organizou uma história para contar para as crianças, realizou rodas de conversa para explicar o que ela faz nessa sala com as crianças que a frequentam, mostrou materiais, recursos, jogos e brinquedos que ela possui e deixou os alunos brincarem e interagirem. A prática foi significativa para os alunos, uma vez que eles possuem curiosidade para conhecer o que é e o que tem nessa sala de aula que eles não frequentavam, durante todos os momentos, as professoras, eu e as bolsistas acompanhamos a aula, auxiliando os alunos a participarem e interagirem.

Segundo Mendes et. Al (2014), o trabalho colaborativo aproxima ambos os professores e beneficia o processo de aprendizagem, uma vez que o professor especialista poderá acompanhar mais de perto o aluno, observar a necessidade de recursos pedagógicos, oferecendo sugestões de romper as barreiras, buscando metodologias para que esse aluno aprenda e desenvolva suas habilidades, o que acaba abrangendo não apenas esse aluno e sim a sala toda. Friend et. al., 2010; Marin; Maretti, 2014; Capellini; Zerbato (2019), ressaltam que durante a presença do professor especialista em sala ele não atua apenas auxiliando o aluno PAEE, mas direcionando trabalho estratégico para toda a sala de aula, corroborando com a ideia de que toda a turma acaba se beneficiando com a presença de outro professor em sala e não apenas o aluno com deficiência.

Para dialogar com os resultados, apresentamos os quatro casos, a organização das participantes da pesquisa será representada em uma tabela, inicialmente elencaremos as professoras como PSCI, PSC2, PSC3, PSC4 e a professora da sala do AEE denominada de P.E. Esse capítulo traz situações que ilustram experiências práticas, em que foi possível visualizar o trabalho de colaboração na escola e uma parceria entre os profissionais, ainda que em alguns casos mais timidamente, contudo, estaremos dialogando com autores que trazem discussões e corroboram sobre as pesquisas relacionadas ao trabalho colaborativo, trazendo assim, a realidade de estudo na escola pesquisada para conhecer como está ocorrendo esse trabalho, a partir da Normativa nº 002/SMEEC/2022, instaurada no Processo de Atribuição de Aulas da sala do AEE, que prevê duas horas semanais para a realização do trabalho colaborativo entre os professores.

No caso um, na sala PSC1 em uma das aulas observadas, a professora trabalhou as diferenças como conteúdo de sala, as atividades desenvolvidas foram: roda de conversa a respeito das diferenças e a diversidade, a música do saci-pererê, dobradura do saci e desenho para representar as partes que estavam faltando no rosto e no corpo do saci. Diante da atividade do saci foi possível observar e analisar que a atividade foi proporcionar para as crianças o assunto sobre as diferenças, uma vez que o saci Pererê não possui uma perna, diante disso, muitas crianças e adultos nascem assim, ou durante o percurso da vida pode ocorrer de perder um membro das partes do corpo, as atividades sobre as diferenças poderiam ser focadas em diversos personagens, porém a escolha da professora de pensar a aula com a figura do saci, foi devido estar no período do folclore, e como é trabalhado na escola, a professora

voltou seu planejamento para trabalhar a respeito das diferenças e o respeito pelo outro.

Contudo, há uma infinidade de personagens da literatura que podem ser apresentados para as crianças, é importante que as professoras ofereçam esse conhecimento aos seus alunos, trabalhando em sala, envolvendo-os na diversidade de riquezas que estão presentes na cultura popular mostrando a eles os aspectos da Identidade Nacional.

Na metodologia utilizada a professora da sala do AEE e a professora de sala comum, eu enquanto pesquisadora realizamos a observação da participante, e as duas auxiliares de sala, estavam auxiliando os alunos da sala. A aluna A1 tem autismo, com limitações no uso da fala, se concentrou na atividade, demonstrando entusiasmo para realizá-la e participou de todos os momentos da aula, a professora da sala do AEE sentou do lado da mesma para auxiliá-la, como também auxiliou os outros alunos da sala que estavam precisando de ajuda. Foi uma atividade que envolveu uma colaboração entre os professores, bolsistas e pesquisadora. Antes da aula ser desenvolvida, as professoras conversaram e dialogaram sobre o planejamento deste dia, com o intuito de desenvolverem a aula colaborativamente.

De acordo com Capellini; Zerbato (2019), para garantir o sucesso na aprendizagem do aluno e a permanência do mesmo na escola, é necessário que haja um trabalho efetivo de práticas inclusivas para serem trabalhadas em sala de aula, o ideal é que essas práticas sejam pensadas e desenvolvidas de maneira colaborativa, entre o professor da sala comum e o professor que atua na sala de AEE, para que sejam trabalhadas com todos os alunos da sala comum.

Diante do caso um, a proposta de trabalho veio ao encontro com o que as autoras discutem, a aula foi pensada e desenvolvida para todos os alunos da sala comum e ambos os professores pensaram na aula a ser trabalhada e desenvolvida em sala, mostrando que houve uma colaboração na prática pedagógica. Vindo ao encontro do que é proposto na Normativa nº 002/2022 instituída na atribuição de aula do município, sobre o trabalho colaborativo nas escolas, para que de fato ocorra uma colaboração, um envolvimento de ambos professores no processo educacional desse aluno e que acaba beneficiando todos os alunos da sala com a presença de outro professor.

Outra observação participante foi realizada na própria sala da professora de AEE, a professora combinou com os professores que possuem aluno com deficiência

em sala e que frequentam o AEE, de levar toda a turma para conhecer a sala, uma vez que as crianças possuem curiosidade em conhecer a sala que a professora especialista atende apenas alguns e compreender o que os colegas fazem nessa sala. No dia que a turma da professora PSC1 foi conhecer a sala, a aluna A1 entrou com a maior naturalidade cumprimentando a professora, nesse dia fizeram uma roda em volta de um tapete para um diálogo, a professora de AEE explicou a função de atender nesta sala e o que ela faz, bem como o que as crianças como a A1 fazem nesta sala. A aluna A1 sentou perto da professora, que com a ajuda da turma e da professora da sala comum, iniciaram o momento da história cantando uma música, após, a professora especialista, realizou a leitura do livro: “dormir fora de casa”, em seguida, indagou os alunos a falarem e interagir com ela, duas crianças sentiram-se tímidas para falar e foi respeitado a vontade delas, já os outros relataram fatos, inclusive a A1, que por mais que apresentasse dificuldade na oralidade, foi possível compreender sua fala e entusiasmo para poder ser ouvida.

Foi realizado uma brincadeira com o material da sala, em seguida a professora do AEE deixou eles explorarem o ambiente, os brinquedos e materiais, interagindo uns com os outros e com o ambiente, a A1 se concentrou nos jogos e brinquedos que escolheu manusear, foi um momento prazeroso para os alunos. No final da aula, a professora perguntou se eles gostaram e se compreenderam o que era feito naquela sala, sanando a curiosidade da turma em conhecer esse espaço do ambiente escolar que não era conhecido por eles.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB93/94), propõe a obrigatoriedade em acolher a todos, porém esse atendimento precisa ir além das formalidades, proporcionando realmente condições para a realização de suas potencialidades, apontando assim a importância do papel do professor neste cenário educacional, uma vez que, não basta apenas receber os estudantes na sala de aula, precisa-se buscar meios para que de fato aconteça o êxito na escolarização, daí a importância de aproximar os dois professores, que juntos irão planejar e buscar estratégias e realizar as práticas, para que de fato essas crianças sejam incluídas durante todo processo educacional. De acordo com Vilaronga e Mendes (2014), uma vez que o aluno com deficiência é inserido na sala de aula comum, ele tem o direito de se beneficiar com todos os recursos que a escola possui, para que o acompanhe na sala de aula, inclusive o professor especialista que atende na sala do AEE.

No caso dois, turma da professora PSC2, em um dos dias observado, o conteúdo trabalhado foi o aniversário de Sinop, as atividades desenvolvidas foram: roda de conversa sobre a data comemorativa, após, cada um deveria realizar um desenho do lugar que mais gosta na cidade. Ao dar início a atividade, a professora sentou ao lado do aluno A2, que possui um laudo de Síndrome de Down, como ele possui a ausência da oralidade das palavras, a professora PSC2 sentou ao lado dele para tentar conhecer o lugar que ele mais gosta da cidade, como ela sabe que ele gosta muito de água e, recentemente, haviam ido ao clube com a escola, em um evento destinados às crianças com deficiência, a criança A2 que não demonstra expressão facial, no dia do evento sorriu, conseguiram até registros, através de fotos neste dia.

A professora foi falando os lugares da cidade e pediu para ele erguer a mão no lugar que ele mais gostava, ele ergueu a mão quando citou o clube que tem na cidade, em seguida a professora, eu, as auxiliares e a P.E, fomos auxiliando as crianças, eles diziam o lugar favorito e nós íamos escrevendo na folha. A P.E ficou ao lado dele, instigando-o a realizar o desenho, ele realizou alguns traços e logo desviou a atenção, como ele gosta muito de música, ao terminarem a atividade, a professora ligou vídeos infantis, para que os alunos pudessem interagir e cantar e assim proporcionar a ele interação e participação.

No dia da proposta do passeio na sala do AEE, as crianças ficaram encantadas, o aluno A2 ouviu a história e manipulou os brinquedos e recursos que a professora ofereceu aos alunos durante algum tempo, após ele dispersou e ficou caminhando pela sala, nesse momento eu, a professora PSC2 e a professora P.E, incentivamos para que ele interagisse e escolhesse o que ele queria brincar, ele se interessou por um brinquedo que trabalha a coordenação motora e foi descobrindo o sentido do brinquedo com o estímulo das professoras e dos próprios colegas, que tentaram ensinar a ele como se brinca. Segundo Capellini; Zerbato (2019), na proposta do trabalho colaborativo o professor do AEE não precisará estar na sala devido outras atribuições, porém quando trabalham juntos o processo de formação e aprendizado acontece, a partir daí, o professor da sala comum aprende a realizar práticas inclusivas, mesmo sem a presença do professor especializado.

Dentro da proposta do ensino colaborativo, encontram-se as ações que são desenvolvidas, no caso do município, a proposta é que ocorra uma parceria e aproximação entre os professores e o professor não precisará estar presente na sala

de aula ou em outros ambientes escolares todos os dias, uma vez que, é destinado apenas duas horas para que o professor especialista realize este trabalho na escola, vale ressaltar que são diversas turmas que apresentam alunos com deficiência e que são atendidos na sala do AEE. Nessas duas horas a professora pode acompanhá-lo em sala ou destinar o tempo para dialogar, discutir e elaborar planejamento com a professora da sala, sendo necessário que a professora de AEE organizasse um cronograma de atendimento e acompanhamento em sala, devido a carga horária ser reduzida para a realização deste trabalho.

No caso três, na sala da professora PSC3, a sala conta com a A3, ela possui laudo de Transtorno Global do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista grave (TGD/TEA), em um dos dias da observação, o conteúdo trabalhado foi interação: salão de beleza, nesse dia, a aluna conseguiu manter a atenção para a prática desenvolvida durante alguns minutos. A metodologia utilizada, envolveu a participação de todos, diversos utensílios de salão de beleza foram levados e montados no espaço da sala de aula, despertando a curiosidade dos alunos, inclusive da A3. A P.E sentou-se ao lado dela e pediu para ela passar batom nela, a aluna passou e ao mesmo tempo queria passar nela mesmo e comer o batom, a seguir mostrei um espelho para ela ver como estava bonita, a professora PSC3 a levou para mostrar os cantinhos da sala e para ver qual ela mais gostava.

Logo a aluna A3 se irritou e quis sair da sala, como não conseguiu abrir a porta, começou a bater nas auxiliares e nas professoras para abrir, a professora do AEE e eu saímos com ela para observar aonde ela queria ir, ela então se dirigiu ao balanço, após algum tempo, conseguimos retornar para a sala com a mesma, que apontou para a televisão, sinalizando que queria assistir vídeo e a partir daí sentou e se concentrar nas imagens da televisão, neste momento a turma passou a assistir os vídeos que a professora havia colocado ao final da aula.

Neste caso, é possível perceber que a aluna se concentra durante alguns minutos, logo a prática realizada não faz mais sentindo para ela, e ela deseja sair da sala, o barulho a deixa irritada, nesse momento ela é acompanhada para ver aonde deseja ir, e o que a aluna quis foi ir no balanço, nesse momento havia pouco barulho no parque, e após brincar levamos à de volta para a sala de aula e o interesse dela ao voltar foi sinalizar para a televisão. Nesta aula foi respeitado o interesse e a vontade da criança, partindo do PPP da escola que diz que os projetos e as práticas trabalhadas devem partir da necessidade e interessa da criança.

Na proposta de levar todos os alunos para a sala de recursos, as crianças fizeram uma roda para conversar, a professora P.E explicou o trabalho que ela realiza na sala, mostrou uma cartolina que apresentou em um evento com atividades realizadas com os alunos que ela atende, mostrou a aluna A3 na foto, ela viu sua foto no trabalho e apontou para ela, demonstrando que reconhece sua própria identidade, mas apresentou pouca concentração durante as práticas desenvolvidas nesse dia, ela se interessou por uma bola, que segurou do começo ao fim, os professores mostravam os recursos e brinquedos, mas o objeto que despertou o interesse dela foi apenas a bola, ela participou da brincadeira do esconde-esconde com o auxílio da professora especialista, uma vez que ela auxiliou cada criança na brincadeira que envolve um hipopótamo, recurso utilizado da sala de AEE. A bola é um dos recursos que a professora de AEE observou que ela mais gosta, a partir deste recurso que lhe desperta a atenção é possível que as professoras pensem e criem estratégias de trabalho a partir da bola, proporcionando que a criança desenvolva habilidades e participe das práticas trabalhadas.

Nesta sala, a professora de AEE costuma frequentar com mais frequência, devido à dificuldade de lidar com a A3, como a professora da sala precisou se afastar algumas vezes durante o ano e a rotatividade de professores e auxiliares que passaram pela sala gerou uma certa dificuldade na continuidade do trabalho desenvolvido com as crianças e na forma de trabalhar com a aluna A3. Este problema é frequente em muitas unidades escolares, Biasi (2009), pondera que essa rotatividade de professores pode acarretar problemas organizacionais, dificultando o trabalho em equipe entre os professores e a descontinuidade no trabalho pedagógico, realizado durante o ano.

Na turma da professora PSC4, em uma das aulas observadas, a proposta de trabalho foi trabalhar a partir de um circuito, envolvendo a psicomotricidade, lateralidade e movimento, nesta aula as duas auxiliares da sala montaram o circuito, uma ficou responsável por gravar a atividade, a professora de sala trouxe as crianças para o pátio, explicou a atividade, logo, a professora de AEE e eu auxiliamos durante a realização da prática com as crianças. A professora animou a turma para aplaudir e fazer a torcida para as crianças que estavam desenvolvendo o circuito, o aluno A4, apresenta um retardo mental não especificado, possui epilepsia idiopática associado ao atraso global do desenvolvimento, faz uso do medicamento Fenobarbital para controlar as crises, está em investigação para um laudo de autismo, o aluno não faz

uso das palavras, sua concentração dura alguns minutos, logo desvia o foco. Ele realizou apenas uma parte da atividade, passou pelo túnel e rolou pelo tapete, após desmontou as atividades do circuito, logo, montamos novamente a atividade, e ele passou novamente pelo túnel.

Nesta mesma sala, possui o aluno A5, com laudo médico apontando Síndrome de Down, com ausência da oralidade, o aluno realizou toda a atividade do circuito juntamente com a professora de AEE, uma vez que, ele parou no meio do túnel e apenas ela conseguiu retirá-lo, para que eles prosseguissem com a prática trabalhada. Segundo Guimarães, Proscêncio e Bianchini (2021) é favorável que o professor incentive o brincar e as próprias interações sociais entre as crianças, são situações de aprendizagem que merecem destaque no planejamento, de maneira a superar o estigma de trabalho com conteúdo fragmentado, uma vez que as atividades precisam ter intencionalidade.

Nesse caso, o objetivo da professora com a prática trabalhada foi envolver os alunos, de maneira que eles participam, instigando o desenvolvimento de habilidades e desafios a serem superados, propiciar momentos de interação e socialização com a turma e de um sentimento de pertencimento e acolhimento, através da torcida feita pelas próprias crianças e professoras.

O aluno A4 não é atendido no contraturno, devido à dificuldade da família em trazer ele, nesse caso o atendimento acontece em horário de aula. Durante os dias da observação participante, ao levar o aluno para a sala do AEE, a professora de AEE levou outra criança, escolhida aleatoriamente, para observar como é a interação do aluno A4 com outra criança, fora do contexto de sala de aula e a presença de muitos alunos juntos, porém o aluno não aceitou interagir com a outra criança em uma sala diferente, brincou sozinho com os recursos e brinquedos que a professora disponibilizou na sala.

Em seguida, a professora de AEE levou os dois para o refeitório, no horário do lanche, auxiliou a professora no momento da alimentação, observando se alguma criança necessitava repetir a comida. Esse aluno precisou de um relatório para ser enviado ao médico, nesse sentido, as duas professoras sentaram juntas, para dialogar sobre o aluno e elaborarem o relatório do mesmo para ser encaminhado para a psicóloga da escola e após para a junta médica. Segundo a Secretaria do Estado de São Paulo (2021), para alguns autores, essa colaboração na educação moldou o chamado ensino colaborativo, a parceria de ambos professores trabalhando juntos,

desde a elaboração do planejamento até o desenvolvimento das aulas, o que diferencia do trabalho colaborativo, que pode envolver uma colaboração entre os professores, bem como, com outros profissionais de diferentes áreas.

Outra observação foi realizada nessa turma, na proposta que a professora de AEE levou toda a turma para conhecer sua sala, a sala de AEE. A professora de AEE dialogou com a turma, contou como é o trabalho dela nesta sala e explicou por que ela não atende todas as crianças naquela sala, como acontece na sala comum em que eles frequentam, depois, ela contou uma história e instigou todos a participarem deste momento de interação com a história, a PSC4 pegou o aluno A4 pela mão e sentou junto com ele na roda que os alunos fizeram no chão da sala, neste momento, o aluno que é bem agitado, ficou sentado com a professora escutando a professora de AEE contar a história, em nenhum momento ele se levantou, enquanto a professora contava a história, ela estava sentada junto com o aluno A5, que também escutou atentamente a história e ficou alegre ao ouvi-la.

Na atividade de esconde-esconde, utilizando o hipopótamo da sala, o aluno A4 não se concentrou por muito tempo na brincadeira, mas participou, já o aluno A5 adorou tanto a brincadeira que nem queria sair de dentro do objeto que imita o animal, todos os alunos da sala participaram com o incentivo das professoras. Através da observação participante, foi possível verificar que está ocorrendo uma prática de colaboração entre as professoras de sala comum e a professora de AEE, duas horas por semana que é destinada ao trabalho colaborativo, nessa prática, a professora especialista acompanha uma professora que possui o aluno PAEE em diversos ambientes escolares, sejam eles nas salas de aula, parque, refeitório, pátio ou na própria sala do AEE, com a proposta de inserir todos os alunos e não apenas os que possuem deficiência, as práticas colaborativas acontecem, também, através de diálogos, sugestões de elaboração de planejamento e auxílio em relatórios do aluno que frequenta a sala do AEE.

A proposta de um trabalho colaborativo como estratégia de inclusão, é defendida pelas autoras Marin, Maretti (2014), como uma possibilidade de ação pedagógica a ser construída em práticas cotidianas, de forma a garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência e a participação do mesmo. As autoras Vilaronga e Mendes (2014), complementam, defendendo o apoio centrado, na sala comum, como sendo capaz de colaborar com os processos reais da escolarização dos alunos com deficiências.

Questionamos a professora de AEE se ela considera o trabalho colaborativo como uma estratégia de inclusão e ela apresentou o seguinte relato:

P.E - Sim, considero, ele promove a socialização das crianças.

Autores como Damiani (2008), Zanata (2004), e Loiola (2005), indicam que o trabalho colaborativo entre os professores de sala comum e educação especial é um excelente espaço de aprendizagem, permite que os professores identifiquem suas forças, dialoguem, questionem entre si, e todo esse trabalho em conjunto refletirá diretamente nos próprios alunos. Desta forma, vale destacar que, durante o período de coleta de dados foi possível presenciar que de fato, a presença de outro professor em sala não colabora apenas para um aluno específico, acaba abrangendo toda a sala uma vez que, a professora auxilia as outras crianças da sala, que também estão precisando de orientação e auxílio durante as práticas desenvolvidas, seja em sala de aula, seja no pátio da escola.

Outro aspecto importante e que Vilchez (2018), traz em seu diálogo sobre a inclusão em sala de aula, é a inserção de diferentes práticas e estratégias diferenciadas que irão potencializar o desenvolvimento das habilidades dos alunos, sendo o planejamento de extrema importância nesse processo, que deverá considerar quais os objetivos relevantes para o aluno PAEE, desta maneira, a inclusão escolar através da proposta colaborativa, visa o enriquecimento social e educacional do aluno.

Na proposta do trabalho colaborativo Fontes (2009), afirma que há uma inclusão escolar e a presença de outro professor auxiliando e colaborando na prática desenvolvida, segundo o mesmo, é um desafio e como tal necessita ser revisto nos cursos de formação inicial e continuada dos professores. A prática de formação continuada voltado a esta temática, envolvendo todos os professores, ainda não aconteceu dentro do ambiente escolar, há a necessidade que todos os professores conheçam a proposta e realizem formações à respeito da mesma, sendo de extrema importância na adequação e desenvolvimento de um trabalho colaborativo que envolverá todos os professores.

No intuito de ouvir as professoras, indagamo-las se estariam dispostas a conhecer mais sobre o que é um trabalho colaborativo, os relatos foram:

PSC1- Sim, eu vejo que nós fizemos, mas poderíamos ter feito até mais. Quando a professora, veio na sala no início do ano eu estava um pouco em

dúvida de como seria, mas depois, nós compreendemos como era, [...] então é um trabalho que deu certo, inclusive para o ano que vem até a gente tinha conversado e pensado em novas ideias.

PSC2 – Sim.

PSC3 - Sim com certeza, porque a minha ideia de trabalho colaborativo é essa, mas talvez não seja bem por aí, talvez uma parceria diferente né, as vezes até embasa em leis que não sabemos

PSC4 – Sim.

P.E - Com certeza.

Através das entrevistas foi possível verificar que nessa escola está sendo desenvolvido um trabalho colaborativo, que apesar das participantes não terem total entendimento do que seja o trabalho colaborativo e as possibilidades de colaboração, bem como conhecimento e informações sobre a Normativa de Atribuição de Aula da sala do AEE, sobre a proposta de trabalho e a carga horária destinada a esta proposta.

Apesar destes aspectos, ela vem sendo desenvolvida em diversos espaços do ambiente escolar, a partir do diálogo que aconteceu entre a professora especialista e as professoras da sala comum. As práticas de colaboração estão ocorrendo através de diálogos sobre as crianças e as aulas, acompanhamento e desenvolvimento em sala e em ambientes externos à sala de aula, com o auxílio da professora especialista, sugestões e auxílio em relatórios e timidamente ocorrendo nos planejamentos, devido as disponibilidades de tempo e horário não se conciliarem, segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), fatores como estes acabam dificultado a implantação e a realização da proposta do trabalho colaborativo na escola, contudo o trabalho na escola foi todo o ano de 2023.

Comparando a bibliografia estudada com as entrevistas realizadas, foi possível constatar que as duas horas, destinadas ao trabalho colaborativo está sendo cumprida na escola, demonstrando avanços ao realizar a proposta que o município propôs, visando um a parceria dos professores, ambos dialogando, sanando dúvidas, criando possibilidades de práticas para serem trabalhadas em conjunto, nos mais variados espaços escolares.

Porém, ainda apresenta uma carência no momento do planejamento, há uma dificuldade por parte dos professores de sentar e planejar juntos, devido os horários de hora atividade não serem os mesmos, o que acabam realizando os diálogos durante o intervalo das aulas ou até mesmo na sala de aula, outro fator que os dados

apontaram, foi o curto espaço de tempo para a professora realizar essa prática junto com o professor de sala, uma vez que é destinado apenas duas horas semanais e há diversas salas para o professor especialista realizar esse trabalho, a partir destes dados, constatou-se que falta entendimento a respeito desta proposta do município, uma vez que não houve uma formação ou reunião para esclarecimento da proposta e sobre o que vem a ser um trabalho colaborativo, que pode e deve acontecer na escola, apenas houve esclarecimento sobre a proposta para os professores do AEE, esclarecendo e tirando dúvidas sobre o trabalho colaborativo e como ele pode ser desenvolvido na escola.

Os dados mostraram que o trabalho em parceria, ainda que timidamente, está acontecendo, devido ser poucas horas destinada para que de fato o professor esteja em sala planejando, dialogando, observando ou desenvolvendo práticas em conjunto, ele está acontecendo e mostrando-se favorável para os participantes da pesquisa, que reconheceram a importância do mesmo para auxiliá-los, trocar ideias, tirar dúvidas, e para colaborar com a participação e escolarização não só do alunos PAEE e sim de todos os alunos da sala.

Foi possível constatar que a presença de outra professora trocando ideias e auxiliando beneficiou a turma, bem como as próprias professoras, que aceitaram a proposta de parceria, de unir conhecimentos, parcerias que segundo os dados, também ocorrem com a gestão da escola e família e que agora vem somar, proporcionando uma aproximação entre as professoras, que por muitas vezes, trabalhavam isoladamente, a professora de AEE apenas em sua sala com os alunos PAEE e a professora de sala comum com seus alunos, sentindo insegurança e dificuldades por não saber como trabalhar com alguns alunos com deficiência, o trabalho colaborativo visa superar o estigma do trabalho individualizado, visando parcerias em busca de um bem comum, a inclusão e sucesso na escolarização de todos os alunos.

A partir da coleta de dados envolvendo as observações participante e as entrevistas, estamos propondo um guia orientativo, através de um e-book, que foi elaborado no Canva e transformado em PDF para que os profissionais da escola possam ter acesso, conhecer e esclarecer dúvidas a respeito do trabalho colaborativo e a própria normativa do município.

6 Análise dos Documentos referentes ao Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e a Normativa de Atribuição de aula da sala do AEE

Considerando que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento da escola que traz sua identidade, as concepções, crenças e as estratégias para efetivar uma educação pública de qualidade, foi significativo analisá-lo. A sistematização do PPP não é definitiva, uma vez que é ele que define a ação educativa que quer se realizar, é importante partir de uma necessidade e da leitura crítica daquela realidade escolar, nesse sentido Eça e Coelho (2021), afirmam que ele é uma construção coletiva, sendo uma decisão política, devendo envolver não apenas os profissionais do ambiente escolar como também os pais e a comunidade, envolvendo movimentos de construção e reconstrução do mesmo. Para Silva Júnior (2002), o PPP traz reflexões mantenedoras das suas etapas de trabalho, dos valores e ações que serão desenvolvidas na prática escolar.

A escola conta com um total de trezentos e oitenta e cinco alunos de educação infantil, compreendendo turmas de berçário a fase II, sendo oito salas de aula e uma sala de AEE, segundo o PPP (2023), os espaços e mobiliários da escola favorecem as experiências das crianças, os materiais são acessíveis, possui uma estrutura física que garante acesso para crianças com necessidades especiais previsto no Decreto nº 5.296/2004, há bebedouros, vasos sanitários, pias e chuveiros acessíveis a todos, as janelas encontram-se na altura das crianças para que elas tenham a visão do espaço externo, a organização da hora atividade acontece de acordo com a carga horária dos professores, dentro do horário de funcionamento da escola, ela é destinada para estudos, planejamento, trocas de experiências, formações e diálogos, e é acompanhada pela coordenação pedagógica da escola.

O PPP da escola foi elaborado e sempre que necessário é revisado com a participação dos profissionais que atuam na unidade e família, de acordo com o PPP (2023), a proposta valoriza as diferenças e o combate à discriminação. A instituição disponibiliza materiais e oportunidades variáveis que contemplem toda a diversidade, incluindo meninos e meninas, brancos, negros, indígenas e pessoas com deficiências.

A partir do PPP da escola é possível tornar um instrumento para melhorar a inclusão escolar, Eça e Coelho (2021), afirmam que através do PPP a escola pode definir princípios como a inclusão e diversidade, de acordo com a concepção do grupo.

De acordo com o PPP a escola acolhe as famílias, as reuniões e entrevistas com os mesmos são realizados em horários adequados a participação da família, a escola visa a parceria entre escola e família para o sucesso escolar.

O currículo da escola está norteado em dois eixos: interações e brincadeiras, de modo que a organização pedagógica resulta em um modelo de currículo integrado, cujas características englobam tempo, espaço, linguagem, interações e brincadeiras, os conteúdos integrados visam quebrar a concepção de conteúdos isolados, partindo da experiência das crianças para uma ação pedagógica.

A filosofia da escola está pautada em desenvolver a autonomia das crianças em um ambiente lúdico, de maneira a respeitar a individualidade de todos, proporcionando ações que favoreçam o desenvolvimento global das crianças e a interação da criança, família e escola, uma educação que contemple as diferenças e valorize a inclusão dentro da realidade e de um ensino de qualidade. Os objetivos e metas são capacitar os alunos a potencializar suas ferramentas cognitivas, de modo que se sintam integrados na sociedade, organizar contextos de aprendizagem, através de um projeto pedagógico articulado às experiências das crianças, de modo a dar significado para elas.

Segundo o PPP da escola, o planejamento do professor vê a criança como o centro do planejamento, como protagonista do processo de construção de conhecimento, devendo considerar as interações e interesses associados ao educar, cuidar, a ludicidade e a brincadeira, estes precisam ser garantidos no planejamento de estratégias e múltiplos materiais que desafiem as crianças na descoberta e produção de conhecimento de si e do mundo, de acordo com a DCNEI (2009), é necessário pensar em propor um planejamento que promova o desenvolvimento da criança, em sua totalidade.

Ao analisar a Normativa de Atribuição nº 002/SMEEC/2022, cabe ao professor do AEE que atribuir a sala de recursos, realizar orientações com o professor de sala comum, ambos discutirem o planejamento e estratégias flexíveis de acordo com a necessidade de cada aluno. É possível observar que o Plano de Atendimento Educacional Especializado, não é um documento construído com a participação de todos os profissionais que trabalham com os alunos com deficiência, apenas com o professor especialista, ao contrário do que estabelece o modelo do ensino colaborativo, que segundo Capellini e Zerbato (2019), devem envolver ambos os professores.

O documento não se tornou acessível a todos os professores do ambiente escolar, bem como a formação não abrangeu a todos, apenas os professores especialistas. De acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), há fatores que acabam dificultando a implantação e o desenvolvimento da proposta do trabalho colaborativo na escola, entre eles, destaca-se a falta das informações, conceito e os objetivos dessa ação, no intuito de aproximar os professores para o atendimento dos alunos com deficiência.

No PPP da escola ainda não consta a proposta de colaboração entre a professora de AEE e a professora da sala comum, a Normativa de Atribuição de Aula do município é recente, porém já há um trabalho nessa perspectiva de ação entre os profissionais envolvidos.

7 Análise do Planejamento da professora do AEE e do relatório do Trabalho Colaborativo

As práticas desenvolvidas em sala de aula em parceria com a professora da sala comum, bem como as observações e acompanhamento em outros ambientes escolares, estão contidas no planejamento do professor de AEE. Libâneo (1994), afirma que o planejamento organiza e coordena a ação docente, permitindo ao professor articular a atividade escolar e a problemática do contexto social. Foi possível verificar o caderno de planejamento da professora especialista e constatar que há um planejamento das ações que estão sendo trabalhadas e acompanhadas durante o horário de aula do ensino regular, ações como diálogos e sugestões acabam ficando fora do planejamento, uma vez que, muitas vezes ocorre nos corredores da escola, fora do horário de planejamento.

A professora de AEE realiza um trabalho de diálogo com os professores da sala comum, verifica o dia que estará realizando uma colaboração nos ambientes escolares para acompanhar o aluno com deficiência, após, realiza um cronograma semanal das salas que irá acompanhar.

Mello (2007), afirma que as ações educativas devem ocorrer de forma intencional, elaboradas a partir de planejamentos que envolvam diversos fatores, desde o processo de aprendizagem e desenvolvimento, como os referentes ao trabalho pedagógico, a organização do tempo e espaço e os acompanhamentos e registros do desenvolvimento.

Os registros e os acompanhamento desses alunos, são realizados através do relatório de como está ocorrendo o trabalho colaborativo na escola, ao ter acesso ao quadro de atendimento do trabalho colaborativo da professora de AEE, documento este que é obrigatório o preenchimento e envio do mesmo para a secretaria de educação, neste documento, a professora insere a data, o nome do professor, nome do aluno, as orientações, campo destinado as atividade de colaboração desenvolvida entre ela e a professora da sala comum. Também, observa-se neste campo, como está sendo e ocorrendo o trabalho colaborativo na escola, em seguida possui o campo da assinatura do professor da sala comum.

O sociólogo Richard Sennett (2012), acredita que a cooperação necessita ser desenvolvida na sociedade que vivemos, é necessária uma parceria, uma

colaboração que vise o bem comum entre os indivíduos. Capelline e Mendes (2008), afirmam que através do trabalho colaborativo é possível unir habilidades individuais dos professores, para que um apoie o outro e todos assumam as responsabilidades educacionais, uma vez que, a inserção, a participação e aprendizado do aluno com deficiência, não é só responsabilidade da professora especialista e sim de ambos professores, daí a importância de um trabalho colaborativo na escola, um auxiliando o outro, trabalhando no mesmo objetivo, que seus alunos aprendam e desenvolvam as habilidades necessárias no atendimento escolar.

O quadro de atendimento do trabalho realizado é um documento, um relatório, na qual a professora relata os momentos de colaboração desenvolvidos em prol de auxiliar a professora e o aluno, neste caso, a professora do AEE insere os momentos de diálogo, trocas de informações e experiências com a professora da sala, trocas estas, que nem sempre acontecem em horário da hora atividade, muitas vezes é realizada nos corredores da escola, horário de lanche, ou na própria sala de aula, devido à dificuldade de associar os horários de hora atividade de ambas as professoras.

Corsino (2009), reconhece o planejamento como uma atividade coletiva, configurando-se como momento de reflexão sobre a prática docente. Vilaronga e Mendes (2014), apontam que o ideal seria que os professores sentassem, dialogassem e elaborassem o planejamento juntos, porém devido a fatores relacionados aos horários da carga horária dos professores não ser a mesma, muitas vezes esse diálogo acontece em outros ambientes e outros horários, fora do horário destinado a hora atividade dos professores.

Atualmente vivemos em uma sociedade que preza em suas normativas por uma educação inclusiva e igualitária, que propicie a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem, dando possibilidades de acesso e permanência na escola, de maneira a promover uma parceria entre a equipe escolar, visando favorecer e beneficiar a aprendizagem e o sucesso escolar para todos seus alunos, sem exceção. A educação inclusiva requer um trabalho coletivo entre professores do ensino comum, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipe gestora, como possibilidade exitosa de efetivação da inclusão escolar.

8 PRODUTO EDUCACIONAL

A proposta do Produto Educacional neste estudo, pautou-se em elaborar um Guia Orientativo, cujo objetivo é apresentar e conceituar a proposta do trabalho colaborativo.

A finalidade deste material é apresentar e conceituar a proposta do trabalho colaborativo, através das práticas colaborativas que são desenvolvidas na escola, entre a professora de AEE e professora da sala comum. O guia trará uma breve informação a respeito da proposta do trabalho colaborativo, de acordo com a normativa do município, através do guia, as professoras poderão conhecer e intensificar o conhecimento a respeito do tema, que é apontado por diversos autores como uma favorável estratégia de inclusão escolar.

O produto foi elaborado a partir das observações em sala e entrevistas semiestruturadas, entre as professoras, com o intuito de trazer informações e conceituar essa proposta, uma vez que, a partir da coleta de dados, as professoras não possuem clareza a respeito do que é o trabalho colaborativo para trabalhar com a professora de AEE e todas estão dispostas a conhecer mais sobre a temática, diante desta constatação, faz-se necessário apresentar o presente material em formato de um e-book, para subsidiar o trabalho das professoras, bem como trazer uma breve informação a respeito da Instrução Normativa nº 002/2022 do Município, e uma sugestão de planejamento das ações colaborativas que poderão ser desenvolvidas pelas professoras.

O trabalho desenvolvido acerca da inclusão dos alunos com deficiência, através de um trabalho colaborativo entre professor do AEE e professor da sala comum, suscita um suporte pedagógico que auxilie os professores em sala de aula. O trabalho colaborativo vem sendo desenvolvido e aceito entre as profissionais, a pesquisa aponta que há uma prática conjunta sendo realizado na escola pesquisada, porém é necessário um melhor entendimento por parte dos participantes, sobre o que é e como pode ser trabalhado no ambiente escolar. Partindo desta realidade, somada ao resultado da pesquisa a respeito do trabalho colaborativo desenvolvido entre as professoras da escola, elaboramos o guia orientativo.

As competências e as habilidades visam adquirir um melhor embasamento teórico e conceitual, sobre o que é e como trabalhar a partir de um trabalho

colaborativo na escola, envolvendo professor de sala comum e professor de AEE, o que refletirá na própria sala de aula, no aprendizado e na participação de todos os alunos, principalmente do aluno público alvo da educação especial, permitindo que seja assegurado os seis direitos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe para a Educação infantil, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Através do Produto Educacional, o guia possibilitará a) conceituar através de um embasamento teórico a proposta do trabalho colaborativo, b) contribuir com o desenvolvimento das práticas colaborativas.

O guia está dividido a partir da seguinte organização:

- 1- Apresentação: com o intuito de apresentar ao leitor como foi elaborado o presente documento e apresentar o objetivo do Produto Educacional elaborado.
- 2- Você sabe o que é Educação Inclusiva? Breve Reflexão.
- 3- O que é trabalho em colaboração? Mas afinal, o que é o Ensino Colaborativo? Definição de Trabalho Colaborativo: cujo objetivo é conceituar o ensino colaborativo e suas ações, através da proposta do trabalho colaborativo como possibilidades de estratégias de inclusão no ambiente escolar. Breve informação da Instrução Normativa nº 002/SMEEC/2022 sobre a regulamentação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal da Educação em Sinop.
- 4- Práticas Colaborativas: cujo intuito é apresentar o embasamento teórico de autores que dialogam sobre a temática.
- 5- Em que ambiente ocorrem as práticas colaborativas? O objetivo é trazer autores que discutem sobre a importância do ambiente colaborativo e conhecer quais são os ambientes em que podem ocorrer o trabalho colaborativo na escola.
- 6- Sugestão para o planejamento de ações colaborativas entre professor da sala comum e professor especialista: sem receitas prontas, apenas uma sugestão. a partir de uma ficha para planejamento, o professor especialista poderá colaborar com informações que favoreçam o acompanhamento do planejamento colaborativo e das práticas que serão acompanhadas e desenvolvidas em parceria com o professor de sala, registrando as propostas de adaptação, de recursos e materiais que poderão ser usadas.

- 7- Conclusão: apresentando as práticas colaborativas como favoráveis no trabalho, envolvendo a colaboração entre professor especialista e professor da sala comum, apontando-a como uma possibilidade de inclusão no ambiente escolar.

Os aspectos da aprendizagem para as professoras, será proporcionar que as envolvidas no estudo, aprofundem o conhecimento a respeito do tema, de acordo com a bibliografia de autores que trazem a experiência do trabalho colaborativo nas escolas, identifiquem como são realizadas as ações dentro deste ambiente. O guia trará informações para que as professoras possam conhecer a proposta e intensificar o conhecimento a respeito do tema, apontando-o como uma estratégia de inclusão desses alunos dentro ambiente escolar.

O objetivo do material visa facilitar a apropriação do conhecimento a respeito da proposta do trabalho colaborativo, disseminando a ideia de aproximar ambos os professores e firmar parcerias entre eles. Para Adiron (2016), não há fórmulas ou modelos exatos para atuação dos professores no ensino colaborativo, desta maneira propomos realizar um guia, para que os professores conheçam o que é um trabalho colaborativo e sua origem, uma vez que ele é uma ação da proposta de ensino colaborativo, que já vem sendo desenvolvida no Brasil, e as contribuições a respeito de um trabalho que envolva a parceria de todos.

O produto ficará disponível para que todos os profissionais das escolas e outros profissionais possam ter acesso. A tecnologia utilizada será através de um e-book, a partir de um PDF, o qual todos poderão acessar através do próprio celular por meio do whatsapp e obter as informações e abordagens a cerca do trabalho colaborativo na educação inclusiva.

A proposta do Produto Educacional é uma exigência no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI, oferecido pela Universidade do Estado de Mato Grosso. O Produto Educacional caracteriza-se como um recurso com estratégias educacionais, que visa favorecer a prática pedagógica. A elaboração do mesmo implica um processo formativo contínuo, realizado a partir da pesquisa durante o mestrado profissional (FREIRE et al., 2017).

Neste contexto, o Produto Educacional é indicado aos professores, gestores e a todos os profissionais que se sintam instigados pela temática da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo buscou-se conhecer quais são e como se dão as práticas colaborativas desenvolvidas entre a professora da sala de AEE e a professora da sala comum, para o processo de inclusão escolar do aluno PAEE, como desdobramento, os objetivos específicos propostos foram: compreender como ocorreu o trabalho colaborativo na escola participante da pesquisa, identificar em que espaço educacional ocorreu o trabalho colaborativo entre essas professoras e verificar como a professora de educação especial compreende a proposta do trabalho colaborativo, que está sendo desenvolvido na escola.

Desta forma os dados apontaram que as práticas colaborativas emergem a partir de um trabalho colaborativo, no contexto de atividades desenvolvidas em conjunto nos espaços escolares, sejam eles espaços internos e externos, nas observações e discussões que acontecem sobre os alunos, no acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem alunos, em conversas a respeito do planejamento, estratégias de trabalho e relatório dos alunos.

As práticas acontecem na própria sala de aula, no pátio, no parque, no refeitório e durante intervalos de hora atividade dos professores, dados das observações participantes, apontam que a colaboração entre os professores nos espaços escolares contribui para que o aluno participe e desenvolva as habilidades que lhe são necessárias, abrangendo não só os alunos com deficiência, mas também todos os alunos da sala, diante da presença de mais um professor.

Os dados apontaram que além da prática de colaboração com a professora da sala de AEE, também, ocorre a colaboração com outros profissionais envolvidos no processo educacional, como gestores e apoio da escola. Através do relato ainda há uma participação dos pais, que pode ser melhorada nesse processo.

Compreendendo a importância de superar o estigma de um trabalho individualizado dentro do ambiente escolar, a proposta do trabalho colaborativo vem para somar e romper barreiras que impedem o aluno com deficiência, de participar e desenvolver as habilidades necessários para seu desenvolvimento.

Para que o trabalho colaborativo ocorra dentro do espaço escolar é necessário que as professoras envolvidas mantenham um diálogo constante, apoiem e auxiliem um ao outro e após conhecer as necessidades e potencialidades do aluno,

estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso curricular, pautando-se de diferentes metodologias e estratégias pedagógicas, de forma a atender às necessidades dos alunos.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, pautada em um estudo de caso, referenciada por teóricos que dialogam sobre a proposta do ensino colaborativo. Partindo desta proposta, temos ações desta metodologia que caracteriza o trabalho colaborativo, apresentado como uma alternativa a realidade do trabalho em parceria da professora de sala comum e professora da sala de AEE, esta, até pouco tempo limitava-se apenas ao atendimento no contraturno do aluno com deficiência, sendo está uma proposta que vem beneficiar não apenas o aluno PAEE, mas também toda a sala de aula com a presença de duas professoras em sala.

Através da coleta de dados, foi possível perceber que o trabalho colaborativo implantado na escola, a partir da Instrução Normativa nº 002/2022, está sendo desenvolvida na escola, há vezes em que, o trabalho acontece dentro da própria sala de aula ou no pátio da escola, há dias que acontece no parque e no horário de lanche dos alunos, bem como acontece na sala da própria professora de AEE, buscando envolver todos os alunos, na sala dos professores raramente acontece durante os horários de planejamento, devido a questão do horário não ser o mesmo, o espaço para diálogo muitas vezes acontece nos corredores da escola ou na própria sala de aula. Todas as professoras da escola aceitaram realizar essa colaboração entre os professores, a fim de favorecer o processo de inclusão desses alunos na escola.

As práticas colaborativas observadas pela pesquisadora, evidenciaram uma preocupação docente em considerar os interesses e as necessidades das crianças, para as atividades propostas, pautando-se em diferentes espaços dentro do ambiente escolar, sejam eles internos e externos, estimulando e valorizando a autonomia e as habilidades dos mesmos. Verificamos que as professoras procuram trabalhar a partir dos interesses das crianças, através de projetos de trabalho, bem como preconiza o Projeto Político Pedagógico da escola, possibilitando que o planejamento seja flexibilizado e organizado de acordo com as demandas do grupo.

As práticas desenvolvidas pelas professoras seguem os eixos norteadores que contemplam a proposta do Projeto Político Pedagógico da escola, neste sentido, a concepção pedagógica da escola proporciona a participação ativa do aluno e seu aprendizado, valorizando a descoberta do conhecimento, o brincar e o interagir. Dessa maneira, evidenciamos que as professoras buscam favorecer um ensino que se

desenvolve com a participação de todos a partir dos conhecimentos prévios dos mesmos, objetivando a construção de aprendizagens múltiplas, a partir de um trabalho colaborativo com a professora de AEE, respeitando a singularidade e o tempo de cada criança em seu processo.

A partir das práticas colaborativas desenvolvidas, há novas possibilidades de aprendizagens para os alunos, não apenas para os alunos PAEE e sim para todos, a partir da presença de outra professora em sala, há uma sensação de pertencimento, de inclusão, que vai além de incluir os alunos em diferentes espaços e atividades, como também os próprios profissionais da escola, propiciando assim, avanços em uma verdadeira escola inclusiva.

O estudo concluiu que as professoras são favoráveis as práticas de colaboração no ambiente escolar, porém deve-se aprimorar o trabalho, de maneira que envolva as professoras em práticas de planejamento em conjunto, de maneira que elas consigam sentar, discutir e pensar estratégias para que seus alunos possuam êxito na escolarização, de maneira que todos estejam envolvidos, participando e interagindo uns com os outros, uma vez que o princípio da educação infantil está pautado nas interações e brincadeiras, e a partir destas, é que as professoras realizam e desenvolvem suas práticas.

As dificuldades que encontram na colaboração estão relacionadas com os obstáculos de estrutura organizacional e de tempo, horário e a frequência para que esse trabalho colaborativo aconteça na escola, acusando poucas horas semanais para que esse trabalho seja desenvolvido em parceria com as professoras que possuem alunos PAEE em sala, há também uma falta de informação por parte de algumas professoras a respeito trabalho colaborativo, contudo apresentaram interesse em conhecer mais a respeito, segundo a revisão da literatura, bem como há um interesse em conhecer melhor sobre a normativa implantada no município.

Os relatórios sobre como está sendo desenvolvido o trabalho colaborativo, está sendo realizado, bem como acontece em algumas situações em parcerias na elaboração de relatórios dos alunos, ainda que timidamente, mas já há uma construção dessa prática de colaboração no espaço escolar.

A professora da sala do AEE é favorável à proposta, através de relatos e das observações, foi possível constatar que ela compreendeu a proposta que o município implantou, através da normativa obteve um conhecimento a respeito da temática e do que os autores abordam sobre o tema, compreendendo a importância de uma parceria

durante as práticas inclusivas, visando contribuir com a aprendizagem dos alunos e das próprias professoras.

O trabalho colaborativo como um modelo para o ensino inclusivo, é um aliado no processo de ensino e aprendizagem, tanto para as professoras que passam a ter uma parceria, deixando o trabalho individualizado de lado, quanto para os alunos, que sentem-se amparados pela presença de outra professora no ambiente escolar, desta forma o trabalho colaborativo na perspectiva das práticas colaborativas, vem se fortalecendo gradativamente, destacando assim, a importância de investir mais nessa parceria e pesquisas na área.

Sem pretender uma finalização, este estudo, apresentou um recorte das contribuições de um trabalho colaborativo, apresentando-o como uma estratégia favorável de inclusão, apesar de constatar que ainda há fatores que podem ser melhorados, através de conhecimentos advindos de uma formação continuada, orientações sobre a proposta do trabalho colaborativo no município e disponibilidade de mais tempo para diálogos, elaboração de planejamentos e estratégias que possam ser usadas para eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, a pesquisa mostra que o trabalho colaborativo na escola participante está avançando e trazendo respostas favoráveis para as participantes da pesquisa, sendo o principal objetivo da proposta do município, que prevê uma aproximação entre esses dois professores, de maneira que deixem a individualidade de lado e trabalhem em parceria, um contribuindo com o outro em busca de um bem comum, e que o aluno com deficiência participe das práticas trabalhadas, interaja uns com os outros, mostrando pertencer a turma e desenvolva as habilidades necessárias para seu desenvolvimento.

O estudo demonstrou que ao adotar as práticas colaborativas no ambiente escolar, através de um trabalho colaborativo, gradativamente há uma construção de uma cultura colaborativa no processo educacional, em vias de finalização, conclui que o trabalho colaborativo exerce um papel importante na efetivação de uma escola mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ADIRON, F. **Receita de inclusão?** DIVERSA, 2016. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/> Acesso 12 set. 2023.

ANDRÉ, Marli.E.D.A. E. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade, Salvador. Vol. 22 (40), p. 95-103, 2013.

BARBOSA, M. C. S. Trabalhando com projetos. In: REDIN, M. M. [et al]. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 39- 64.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GOBBATO, Carolina. **Tópicos para (re)pensar os rumos para a Educação Infantil (pós)pandemia.** Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n.44, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/81274>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Beber, I. C. R., & Silva, I. C. da. (2018). **A ação pedagógica na educação infantil: o protagonismo das crianças.** Revista Educação, Cultura E Sociedade, 8(1). <https://doi.org/10.30681/ecs.v8i1.3042>. Acesso em: 31 mar.2024.

BEYER, Hugo Otto. **“O pioneirismo da escola Flämming na proposta de integração (inclusão) escolar na Alemanha: aspectos pedagógicos decorrentes”.** Educação Especial, núm. 25, 2005, pp. 1-9 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria,Brasil.

BIASI, Simoni Viland de. **O professor e qualidade de ensino: uma análise a partir dos resultados do Saeb na escola pública do Paraná.** 2009. 9 dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.2009

BOAVIDA, Ana Maria; PONTE, João Pedro. **Investigação colaborativa: Potencialidades e problemas.** In GTI (org). Reflectir e investigar sobre a prática profissional Lisboa: APM, 2002. p. 43-55.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto Editora,1994.

Booth, T.; Ainscow, M. (2012). **Index para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola** (Santos, M. P. & Esteves, J. B., Trad.). Rio de Janeiro: Laboratório de Pesquisa, estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação, LaPEADE.

Bueno, J. G. S. (2004). **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente** (2a ed.). São Paulo: EDUC.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº. 6.571 de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. MEC/SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996, v. 134, n. 248, seção I. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em : 10 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei n. 13.146/2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 02 de outubro de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001, Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2020a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 12, 18 nov. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico: Censo Escolar de Educação Básica 2023**.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRAUN, Patricia; MARIN, Márcia. **Ensino colaborativo**: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. Revista Linhas, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193–215, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016193>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CARDOSO, Tereza; ALARCÃO, Isabel; ANTUNES, Celorico J. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto, 2010.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino colaborativo**. 1º ed. – São Paulo: Edicon, 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. IN: ALMEIDA, M. A; MENDES, E. G; HAYASHI, M. C. P. I (Org). **Temas em Educação Especial: múltiplos olhares**, Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasil, DF: CAPES-PROESP, 2008, p. 104-112.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. (2007). O ensino colaborativo: favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. *Educere et Educare*, 2, 113-128.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; FELIPPE, Neyde Maria de Andrade. **O processo colaborativo entre educação especial e educação comum na inclusão escolar do aluno autista**: In: CAPELLINI, V; RODRIGUES, O. (org). *Práticas Inclusivas: fazendo a diferença*, Rio de Janeiro: Wak, 2014

CARVALHO, Maria Cecilia M. de. **Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas, Construindo um Saber**. 19ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CIRINO, Roseneide Maria Batista. **Pesquisa Em Educação Especial e Educação Inclusiva**: Considerações sobre Metodologia. Revista Educação, Cultura e Sociedade, vol.11. n 3, Edição Especial, 2021. DOI: [HTTP://DOI.ORG/10.30681/2237-1648](http://doi.org/10.30681/2237-1648).

COOK, L.; FRIEND, M. **Co-teaching**: Guidelines for creating effective practices. Focus on Exceptional Children, v. 28, n. 3), p. 1-16, 1995.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. **Purposeful coteaching: real cases and effective strategies**. California: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009.

CORREIA, L.M. **Educação Especial e Inclusão**. Porto: Coleção Educação especial, Porto Editora, 2003.

CORSINO, Patrícia Considerações sobre o planejamento na Educação Infantil. In: CORSINO, P. **Educação Infantil**: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, Cap. 8, p. 117-121.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 13, n. 1, jan./jun. 1997. Disponível em: Acesso em: 26 abr. 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Revista Educar. Curitiba, n. 31, p. 213-240, 2008.

DE PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10.ed. revista e atualizada. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

DORNELLES, L.V. Na escola todo mundo brinca se você brinca. In: CRAIDY, C.M.; KAERCHER, G.E. P. S. (Orgs.) **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. p. 101-108.

EÇA, Antoniclebio Cavalcante; COELHO, Livia Andrade. **Planejamento e construção do projeto político pedagógico**: algumas considerações. Ensino em Perspectivas. Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.

FERREIRA, Windyz B. **Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola**. IN: Tornar a educação inclusiva / organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, B. C., Mendes, E. G., Almeida, M. A., & Prette, Z. A. P. D. (2011). **Parceria colaborativa**: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. Revista Educação Especial, (29). Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4137>. Acesso em: 02 de Janeiro de 2023.

FINK. Micheli. **O Ensino Colaborativo**: Contribuições para as práticas Docentes Inclusivas. Paraná: PROFEI, 2022.

FONTES, Rejane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2009.

FONTES, Rejane de Souza. **Ensino Colaborativo**: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013.

FORNEIRO, L.I. A organização dos espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 229-279.

FREIRE, G. G. et al. **Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina**: estudo preliminar das contribuições. Polyphonia, v. 28, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). **Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23(1), 184-184.

GATELY, S. E.; GATELY, F. J. **Understanding coteaching components.** Teaching Exceptional Children, v. 33, n. 4, p. 40-47, mar./apr. 2001.

GIROTO, C. R. M.; SABELLA, N. M. M.; LIMA, J. M. R. **Representações do professor generalista acerca do papel do professor especialista: análise da produção científica em educação especial no período de 2008 a 2015.** Rev. Bras. de Ed. Especial, v. 32, p. 1-20, 2019.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. Apresentação. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 7-8. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/34. Acesso 20 nov. 2023.

GOMES, N. L. **Diversidade e currículo.** In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). Indagações sobre o currículo. Brasília: MEC/SEB, 2007. 17-48.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 7. ed. Rio de Janeiro: Record. 2003.

GUIMARÃES F. F., PROSCÊNCIO, P. A., & BIANCHINI, L. G. B. (2021). **Interface entre Educação Infantil e Educação Especial: estudos sobre o atendimento às crianças na atualidade.** Revista Educação, Artes E Inclusão, 17, e0006. <https://doi.org/10.5965/19843178172021e0006>.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** Jussara Haubert Rodrigues (Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed, 1998

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

LEHR, A. E. **The administrative role in collaborative teaching.** NASSP Bulletin, Las Vegas, v. 83: n. 611, p. 105-111, dec. 1999.

LIMA, Jorge Ávila. **Culturas colaborativas nas escolas: Estruturas, Processos e Conteúdos.** Porto Editora, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LOIOLA, L. J. S. L. **Contribuições da pesquisa colaborativa e do saber prático contextualizado para uma proposta de formação continuada de professores de educação infantil.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, Caxambu, 2005. Anais. Caxambu, 2005. p. 1-16. CD-ROM.

LORD, Lucio José Dutra. **Pesquisa Em Educação Especial e Educação Inclusiva: Considerações sobre Metodologia.** Revista Educação, Cultura e Sociedade, vol.11. n 3, Edição Especial, 2021. DOI: [HTTP://DOI.ORG/10.30681/2237-1648](http://doi.org/10.30681/2237-1648).

MACHADO, M. L. S. **O Trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva.** 2019. 168f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2019. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/4746>. Acesso em: 9 setembro de 2023.

MASINI, E. A. F. S. **Uma experiência de inclusão:** providências, viabilização e resultados. Educar, Curitiba, n. 23, p. 29-43, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC, 1997

MARIN, M.; BRAUN, E. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M, D. (org.). **Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MARIN, Márcia; MARETTI, Márcia. **Ensino Colaborativo: Estratégias de Ensino para a Inclusão Escolar.** Seminário internacional de inclusão escolar: práticas em diálogo, 1, 2014, Rio de Janeiro: Uerj, 2014. p. 1 - 8. Disponível em: Acesso em: 20 out.2023.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

MELLO, Suelly Amaral. **Infância e humanização:** algumas considerações na perspectiva históricocultural. Perspectiva, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, 2007.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular.** In: **Educar em Revista,** Curitiba: UFPR, n. 41, p. 81-93, jul./set., 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amelia. (Orgs.). **Inclusão escolar e educação especial no Brasil: entre o instituído e o instituinte.** 1. ed. Marília, SP: ABPEE. 2016. 380 p.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: UFSCar, 2014.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social.** In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

Oliveira, R. C. de. (1996). **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista De Antropologia, 39(1), 13-37. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>.

OLIVEIRA, Z. M. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. In: MEDEL, C. R. M. A. **Educação Infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRIETO, Rosângela G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, Marina S. e MARINS, Simone C. F. (Orgs.). Escola Inclusiva. São Carlos: EDUFSCar, 2002. p. 45-60.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2012. 200 fls. Disponível em: https://profei.uefma.net/pluginfile.php/302/mod_folder/content/0/MARIN2013.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 29 jun. 2023.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, David (org.). **Revista Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo. Summus Editorial. 2006. Disponível em: https://www.redeinclusao.pt/storage/fl_47.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Política de Educação Especial do Estado de São Paulo**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/202>. Acesso em: 13 out. 2023.

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141

SAMMONS, Pam. As características-chave das escolas eficazes. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (orgs.) **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 335-392.

SANTOS, G. C. S. S.; FALCÃO, G. M. B. Formação de professores e inclusão escolar: uma tarefa em construção. In: SANTOS, G. C. S. S.; FALCÃO, G. M. B (orgs.). **Educação especial inclusiva e formação de professores: contribuições teóricas e práticas**, Curitiba: Appris, 2020. 163 p.

SENEDA, Elizete Varussa. **O Papel do Gestor Como Articulador do Trabalho Colaborativo no Contexto de Uma Escola Inclusiva - Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Universidade de Araraquara - Uniara. São Paulo-SP, 2018.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SIVA, Edna Lúcia da .**Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Eстера Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Berenice Dalla Costa Da. **Educação Inclusiva e a Gestão Escolar**: ações e práticas no processo de inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais. Sinop: PROFEI, 2022.

SINOP. **Resolução Nº14/CME/2019-SINOP-MT de 21 de Agosto de 2019**. Fixa as normas para a Educação de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento -TGD e Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Sistema Municipal de Ensino de SinopMT. Sinop-MT, 2019.

SINOP. Decreto 305/2022.**Instrução Normativa nº002/SMEEC/2022**. Dispõe sobre a regulamentação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Sinop. Sinop-MT, 2022.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. Madrid. Editora Popular, S.A, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEDEIROS, Ronise Venturini; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira.; PICADA, Ângela Balbina Neves. **Contando história**: Uma experiência de ensino colaborativo na educação básica. Revista Contexto & Educação, 38(120), e11368, 2023. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2023.120.11368>

VILARONGA, Carla Ariele Rios. MENDES, Enicéia Gongalves. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: práticas colaborativas entre os professores. São Carlos: UFSCar, 2014.

Vilaronga, C. A. R., Mendes, E. G., & Zerbato, A. P. (2016). **O trabalho em colaboração para apoio da inclusão escolar**: da teoria à prática docente. Interfaces da Educação, 7(19), 66–87. <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1029>.

VÍLCHEZ, Iván Carlos Curioso. **Uma escola em transformação**: reflexões essenciais de uma educação inclusiva para estudantes com deficiência. In: PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da (org.). Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 13-30.

XAVIER, M.L.M. ; DALLA ZEN, M.I.H. **Planejamento em destaque**: análises menos convencionais. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

WOOD, M. **Whose Job is it anyway?** Educational roles in inclusion. Exceptional Children, v. 64, n. 2, p. 181-195, 1998.

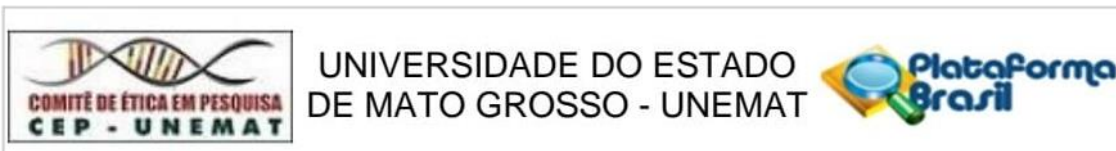
ZERBATO, A.P.; MENDES, E. G.. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar**. Educação Unisinos 22(2):147-155, abril-junho. 2018 Unisinos. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/6074620> 7. Acesso em 24. fevereiro.20223.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

ZANATA, E.M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. Tese de Doutorado em Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

ZEBARTO, Ana Paula. **O papel do professor de Educação Especial na proposta do Coensino**. São Paulo: UFSCar, 2014.

APÊNDICE I –PARECER CONSUBSTENCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTENCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRABALHO COLABORATIVO ENTRE PROFESSOR ESPECIALISTA E PROFESSOR DA SALA COMUM: ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO

Pesquisador: PRISCILA MARENGO SEGRILLO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68524123.8.0000.5166

Instituição Proponente: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.077.020

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa de mestrado profissionalizante do Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Sinop. A pesquisadora apresenta como "problemática" a seguinte questão: "Quais são e como se dão as práticas colaborativas desenvolvidas entre o professor especialista e o professor da sala comum para o processo de inclusão escolar do aluno PAEE? Como desdobramento da questão principal, a pesquisadora indaga também: (a) Como está ocorrendo o trabalho colaborativo nas escolas participantes da pesquisa? (b) Em que ambiente escolar está ocorrendo o trabalho colaborativo entre professor especialista e professor da sala comum? (c) Como os professores de educação especial compreendem a proposta do trabalho colaborativo na escola? A pesquisadora apresenta como hipóteses ao estudo: 1) O trabalho colaborativo é desenvolvido na sala de aula por ambos os professores, trabalhando em parceria para alcançar o objetivo com o aluno PAEE, é uma estratégia para a inclusão escolar dos alunos; 2) O ambiente propício para que o trabalho colaborativo seja desenvolvido na escola é a própria sala de aula com a presença de ambos os professores auxiliando e apoiando as práticas; 3) No trabalho colaborativo o professor especialista vai ao encontro da criança na sua sala comum e em horário de aula não apenas a criança se dirige em sua sala de forma individualizada e em período oposto" (PROJETO DETALHADO, 2023, p.9). A pesquisa será desenvolvida em duas escolas de Educação Infantil no Município de Sinop/MT com total de 14 participantes, sendo 2 professores especialistas, 8 professores de sala comum e 4

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cavahada II

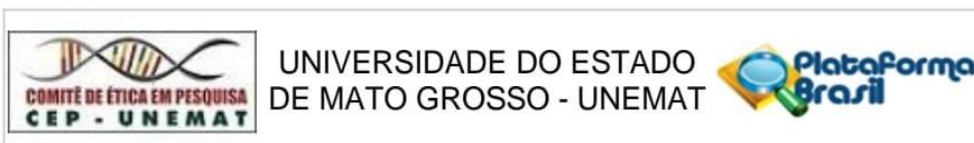
UF: MT

Município: CACERES

CEP: 78.200-000

Telefone: (65)3221-0067

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 6.077.020

gestores.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Estudar e conhecer quais são e como se dão as práticas colaborativas desenvolvidas entre o professor especialista e o professor da sala comum para o processo de inclusão escolar do aluno PAEE.

Objetivos Específicos:

Compreender como está ocorrendo o trabalho Colaborativo nas escolas Participantes da Pesquisa;
Identificar em que espaço educacional está ocorrendo o trabalho colaborativo entre os professores;
Verificar como os professores de educação especial compreendem a proposta do trabalho colaborativo desenvolvido na escola.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta, como preconiza a resolução 466/2012:

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cavallhada II

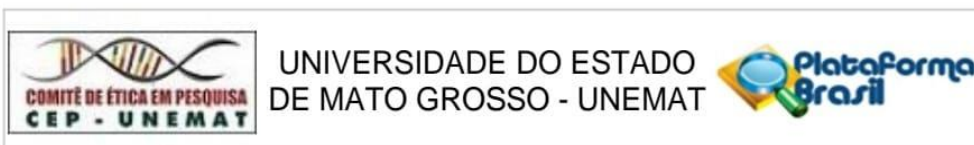
UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

CEP: 78.200-000

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 6.077.020

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS - Conselho Nacional de Saúde.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2117400.pdf	30/04/2023 14:53:34		Aceito
Outros	oficiodeencaminhamentoassinado.pdf	30/04/2023 14:51:01	PRISCILA MARENGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoпрiscila.pdf	29/04/2023 15:42:43	PRISCILA MARENGO SEGRILLO	Aceito
Outros	arquivoindividualdaecoletadedados.pdf	27/04/2023 21:01:17	PRISCILA MARENGO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termodecompromissodasinstituicoes.pdf	27/04/2023 21:00:06	PRISCILA MARENGO SEGRILLO	Aceito
Outros	declaracaodoorientador.pdf	27/04/2023 20:55:59	PRISCILA MARENGO	Aceito
Cronograma	cronogramaa.pdf	27/04/2023 20:54:24	PRISCILA MARENGO	Aceito
Orçamento	orcamentodetalhadoassinado.pdf	27/04/2023 20:52:34	PRISCILA MARENGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	registrodeconsentimentolivre esclarecido.pdf	27/04/2023 20:51:07	PRISCILA MARENGO SEGRILLO	Aceito
Parecer Anterior	PARECERCONSUBSTANCIADOCEP6016524.pdf	27/04/2023 20:45:59	PRISCILA MARENGO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinado.pdf	27/04/2023 20:35:09	PRISCILA MARENGO	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	termodeinfraestruturaassinado.pdf	05/04/2023 13:25:59	PRISCILA MARENGO	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cavalhada II

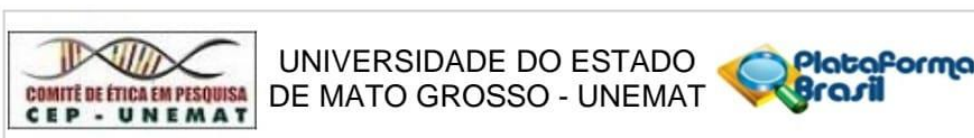
UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

CEP: 78.200-000

E-mail: cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 6.077.020

Outros	Curriculolattesluciolord.pdf	05/04/2023 13:22:41	PRISCILA MARENGO	Aceito
Outros	CurriculoLattes.pdf	05/04/2023 13:22:23	PRISCILA MARENGO	Aceito
Outros	termodeautorizacaodeimagemassinado.pdf	05/04/2023 13:21:36	PRISCILA MARENGO	Aceito
Outros	declaracaoletanaoiniciadaassinada.pdf	05/04/2023 13:20:39	PRISCILA MARENGO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaoderesponsabilidadedopesquisador.pdf	05/04/2023 13:12:13	PRISCILA MARENGO	Aceito
Declaração de concordância	declaracaodepesquisadorassinado.pdf	05/04/2023 13:11:48	PRISCILA MARENGO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CACERES, 24 de Maio de 2023

Assinado por:
Raul Angel Carlos Olivera
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cavahada II

UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

CEP: 78.200-000

E-mail: cep@unemat.br

APÊNDICE II- GUIA DE ENTREVISTA- PROFESSORA DA SALA DE AEE**1 –Identificação**

1.1 Qual o seu tempo de atuação na função de professor?

() Até 5 anos () 6 a 12 anos () 13 a 19 anos () Acima de 20 anos

1.2 Há quanto tempo atual da Sala de recursos?

() Até 5 anos () Acima de 6 anos

1.3 Qual seu nível de escolaridade?

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Questões Gerais

1 Em que espaço educacional você atende seus alunos?

2 O que você entende por trabalho colaborativo?

3 Como é desenvolvido o trabalho colaborativo nessa escola?

4 O que você acha que poderia ser melhorado nesse trabalho?

5 Quais práticas de colaboração você utiliza na sua escola?

6 -Qual dificuldade você encontra para trabalhar de forma colaborativa ?

7 Em que ambientes da escola você considera propício para o trabalho colaborativo?

8 Quais dificuldades você encontra para trabalhar de forma colaborativa com o professor da sala comum?

9 Você considera importante o atendimento de alunos da Educação Especial em sala comum?

10 Você considera o trabalho colaborativo como uma estratégia de inclusão?

11 Você está disposto a conhecer mais sobre o trabalho colaborativo e em quais ambientes ele pode ocorrer?

APÊNDICE III- GUIA DE ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA COMUM

1 –Identificação

1.1 Qual o seu tempo de atuação na função de professor?

() Até 5 anos () 6 a 12 anos () 13 a 19 anos () Acima de 20 anos

1.2 Qual seu nível de escolaridade?

() Graduação () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado

2 Possui cursos na área de Educação Especial?

() Sim () Não

Questões Centrais

1 O que você entende por inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular?

2 Qual a deficiência do seu aluno?

3 Você realiza atividades diferenciadas para esse aluno?

4 Quais dificuldades você enfrenta para trabalhar com esse(s) aluno(s)?

5 Você se sente preparada para receber alunos PAEE em sua sala?

6 O que você entende por trabalho colaborativo?

7 Como é desenvolvido o trabalho colaborativo nessa escola?

5 O que você acha que poderia ser melhorado nesse trabalho colaborativo?

6 Qual dificuldade você encontra para trabalhar de forma colaborativa com o professor especialista?

7 Além do trabalho colaborativo, quais outras ações você entende que seriam importantes como estratégia de inclusão?

8 Quais os benefícios da prática colaborativa na escola?

9 Quais práticas de colaboração você utiliza na sua escola?

10 Você está disposto a conhecer mais sobre o trabalho colaborativo e em quais ambientes ele pode ocorrer?

APÊNDICE IV- OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Turma:

Conteúdo do Trabalho:

Atividades Desenvolvidas:

Organização da Turma:

() Individual () Em dupla () Pequenos grupos

Metodologia utilizada:

Recursos utilizados:

Participação do aluno com deficiência, especificidade

Colaboração desenvolvida entre os professores

Data da observação: